



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES

CURSO DE HISTÓRIA

**DE PERTO E DE DENTRO: A ERA VARGAS VISTA ATRAVÉS  
DOS LIVROS DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE  
LOYOLA DE LAJEADO**

Mara Cristina Schnack

Lajeado, novembro de 2010

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES

CURSO DE HISTÓRIA

**DE PERTO E DE DENTRO: A ERA VARGAS VISTA ATRAVÉS  
DOS LIVROS DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE  
LOYOLA DE LAJEADO**

Mara Cristina Schnack

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, no Curso de História, do Centro Universitário Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Ms. Mateus Dalmáz

Lajeado, novembro de 2010



Para o meu amor secreto,  
que toda a Ciência da  
Terra lhe seja alegre...

## AGRADECIMENTOS

Não creio que sejam agradecimentos que eu deva fazer, pois na palavra “agradecer” não cabem todos os sentimentos que me vêm pelas pessoas e fatos que foram aparecendo ao longo do curso de história e muito antes dele.

Dizer obrigada é pouco. Agradecer somente não faz jus ao que recebi durante este meu processo de medrança cultural e ao longo de toda a minha existência. Prefiro pensar que o bem que recebi me fez melhor e retornará para todos e para o mundo em dobro.

Congratulo-me, então, com todos os que se ocuparam comigo, de uma ou de outra forma, compartilhando uma parte do seu tempo nesses quefazeres materiais, às vezes tão ingratos, que se acham compreendidos na elaboração de um trabalho de conclusão de curso.

E, para dividir esse contentamento, podemos começar pelos meus pais.

Os pais! Sempre eles! Os eternos responsáveis pelo enorme amor aos filhos. No meu caso, pais responsáveis por terem feito o possível para que eu me tornasse uma pessoa de bem. Que continuo tentando ser. Sou grata por terem me dado boa educação e bons colégios e por sempre terem mantido a casa cheia de livros e discos – foi como eu aprendi a “tomar gostinho pela coisa”, a amar o conhecimento e respeitar o mundo como ele é. Sou grata aos meus pais “que me ensinaram a ler o mundo como um livro e despertaram a vontade de ler todos os livros do mundo”.

Meu pai, eterno provedor, homem de muitos saberes; minha mãe, o regaço quente na hora das aflições! De ambos, a noção atávica para distinguir o bem do mal, o mau do bom.

Para minha mãe, Caetano Veloso: “Minha mãe me deu ao mundo de maneira singular me dizendo uma sentença: pra eu sempre pedir licença, mas nunca deixar entrar”.

Minhas filhas, para sempre reféns do egoísmo maternal, fazendo o seu melhor, vieram a se tronar mulheres inteligentes, interessantes e adoráveis:

Ana Júlia, que, mesmo sem querer, fez-me apaixonar pela história, quando pedia para que eu a auxiliasse com os estudos dessa disciplina para as provas no colégio. Despertou em mim, indiretamente, um amor por essa ciência que eu julgava não haver em mim. Agradeço suas ligações na madrugada: “Mãe, me ajuda a ler este trecho. É bom demais para eu ler sozinha!”

Andréa Cristina, com quem pude discutir amplamente os meus conhecimentos adquiridos, uma vez que ela cursava ao mesmo tempo, com a vantagem de alguns semestres, o Curso de Licenciatura em Artes Visuais, pela UFSM. Discutíamos desde políticas públicas educacionais até filosofia e arte antiga! Prazer dos prazeres para uma mãe-educadora: dividir conhecimento e também divergir opiniões com as filhas que a gente mesma orientou para a vida! Muitos de nossos livros eram os mesmos e só precisávamos comprar um exemplar. Da mesma forma, usufruíamos das duas mesmas bibliotecas, a da Univates e a da UFSM. Alargamos, assim, as possibilidades de discussão e de sabedoria mútua.

Milton, que foi meu amor e meu amigo por quase trinta anos.

Minha irmã, Tânia, minha referência de vida, meu porto seguro, minha alma gêmea. Apesar da separação geográfica, estamos sempre em sintonia. Por tamanha cumplicidade, mais ainda agora, às portas da “nossa” formatura.

Minha tia Nelma, um dos meus ídolos, exemplo de mulher à frente de seu tempo, feminista juramentada, professora de interior. Fazia quinze quilômetros de charrete quase que diariamente, para dar aulas de português. E eu me queixava, para ela - logo para ela! - que estava desmotivada a fazer os

estágios da faculdade! E ela me ouvia e me aconselhava, dizendo que eu era professora inata, que a vocação estava no sangue.

Meus professores de história. Todos. Principalmente meu orientador, Mateus Dalmáz, que, durante a elaboração do trabalho – e na frequência de todas as disciplinas dadas por ele - ofereceu-me segurança e motivação, além das informações necessárias à realização da tarefa com sucesso. Deixou-me à vontade para tomar algumas decisões e optar por meus rumos, porém, prevenindo-me das possíveis dificuldades que poderiam advir desses meus julgamentos. E tudo isso, mantendo o bom humor, a disponibilidade incondicional e o otimismo característicos de sua personalidade.

Professora Neli Galarce Machado, co-avaliadora desta monografia, que redirecionou minhas forças despendidas no trabalho de conclusão para um “esquema” mais simples e que também foi orientadora do meu Estágio em Acervos, germe da pesquisa que aqui apresento. Sou grata por ela ter trazido mais “oxigênio” para o Curso de História - seu ponto de vista missionário, talvez? - e por ter causado um desassossego estimulante em todos nós.

Professor Luis Fernando Laroque, meu divisor de águas dentro da vida acadêmica. Por ter “me notado” (sem trocadilhos) na sala de aula, desde o início do curso - sensação nunca experimentada em minha vida de estudante tímida e quase medíocre. Esse reconhecimento me fez ver que sou perfeitamente competente para pertencer ao grupo seleta dos universitários.

Professora Silvana Rossetti Faleiro, com quem aprendi a ser crítica, sem deixar de ser (como ela mesma me considerou) “empolgada”. Ensinou-me a exercitar a humildade intelectual indispensável aos historiadores. Além de organizar bem nossas viagens de estudos, tornou-se também uma diligente parceira dessas viagens.

Professora Maribel Girelli, Coordenadora do Curso de História, divertida e séria quando necessário. Incansável em esclarecer minhas dúvidas acadêmicas, foi a professora que conseguiu quebrar, em minha opinião, os padrões rígidos da hierarquia mestre-aluno, sem desmerecer o respeito recíproco. Faz do ensino da história o que dizem dela Pablo Milanes e Chico Buarque:

*E quem garante que a história é  
carroça abandonada numa beira de  
estrada ou numa estação inglória? A  
história é um carro alegre cheio de um  
povo contente que atropela indiferente  
todo aquele que a negue!*

Professor Fábio Steyer, que, apesar de ser gremista, transmitiu-me seu amor e entusiasmo pela história cultural e social, com as quais mais me identifiquei durante minha vida acadêmica.

Meu analista, José Katz, que, ao longo de oito anos de terapia freudiana, às vezes esquecia todas as suas teorias terapêuticas e me dizia apenas: “Estuda, menina!”, já antevendo meu potencial para a área das Ciências Humanas. Pois bem, doutor, me formei em sete anos, um menos que tu levaste para me convencer a voltar a estudar.

Minha guia espiritual, Vânia, que deitou abaixo meu orgulho e minha empáfia, de maneira sutil e eficaz o suficiente para eu seguir com os estudos que me pareciam precisar de um esforço descomunal para ser realizados. Que bom que tu existes, fazes o mundo ficar um pouco mais suave!

Às diretoras, coordenadoras pedagógicas e professores das escolas em que realizei os estágios, porque assumiram a responsabilidade do meu desempenho perante os pais e a sociedade, e por terem me dado a honra e o privilégio de trabalhar em suas escolas: Colégio Cenecista João Batista de Mello, minha escola do coração e Escola Madre Bárbara, escola do coração das minhas filhas. Adquiri, nesses estágios, principalmente com a orientação do professor Mateus, segurança, credibilidade e respeito, além de uma incondicional confiança no meu trabalho de docência.

Marisa, amiga inteligente e culta, agradeço pelas discussões intelectuais e opiniões sinceras a respeito de tudo o que eu fazia para me aprimorar como historiadora.

Rejane, minha colega e parceira do primeiro até o último dia de aula de história, chegando à “apoteótica” colação de grau comigo. Obrigada por ter me encorajado quando, por duas vezes, pensei em desistir de tudo.

Padre Antonio Pohl e toda a equipe da Paróquia Santo Inácio, por reconhecer no meu trabalho a importância de valorizar os diários dos padres. Graças à sua generosidade, depois de meses entre quatro paredes, num trabalho solitário e silencioso, “a vinda para a luz”: a satisfação em trazer para a vitrine da vida a história como ela deve ser – exposta, divulgada, discutida, contestada, corrigida, e visitada!

Minha secretária, Gilsa Chaves, que, mantendo meu ambiente limpo e meu conforto, além de primar pelo bem estar de minhas filhas, assegurou tranquilidade no meu lar para que eu desempenhasse minhas tarefas acadêmicas.

E, por fim, à empresa onde trabalho há 26 anos, Caixa Econômica Federal, sem a qual eu não teria tido recursos financeiros para cursar a faculdade, uma vez que financiou parte de meus estudos. E aos meus chefes, Vanderlei e Donato, pela paciência e compreensão devido às eventuais faltas ao trabalho para cumprimento das horas no acervo aqui analisado.

Enfim, como não existe a possibilidade de agradecer pessoalmente a todos os autores, escritores, historiadores e pensadores aos quais me dirigi para extrair um pouco do seu saber, cito Francis Collins, cientista e “pai” do projeto genoma humano: “Estou, portanto, em enorme dívida com uma extensa lista de grandes pensadores, (...) cujas capacidades para discernir a verdade (...) reduzem qualquer coisa que eu possa imaginar, provinda de mim mesmo” (COLLINS, 2007, p.278).



*“A religião é vista pelo povo comum  
como verdadeira, pelos sábios como  
falsa e pelos governantes como útil”.*

Sêneca, filósofo romano

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar como a Era Vargas (1930 a 1945) influenciou o desenvolvimento religioso, social e político da cidade de Lajeado, através dos Livros de Tombo da Paróquia Santo Inácio de Loyola. O primeiro capítulo descreve o contexto histórico que o mundo, o Brasil e o Rio Grande do Sul viviam nesse recorte temporal; o segundo relaciona este contexto com o que era relatado pelos padres nos tombos, fazendo-se estimativas com relação à influência que o Estado Novo poderia ter exercido sobre as decisões tomadas localmente, ou seja, dentro da paróquia. Pôde-se constatar que houve uma grande ingerência da Igreja Católica sobre o cotidiano dessas comunidades, uma vez que o governo Vargas e a Igreja se propuseram à reaproximação que fora prejudicada pela Constituição promulgada já no fim do império no Brasil. Pôde-se também averiguar que as anotações dos párocos nem sempre foram ingênuas ou neutras, mas até denotam, por vezes, grande resiliência por parte desses religiosos, apesar de que a sua finalidade era simplesmente registrar os fatos ocorridos e as correspondências episcopais recebidas.

**Palavras-chave:** Estado Novo. Catolicismo. Lajeado.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANL - Aliança Nacional Libertadora

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

DAE/CAE - Departamento/Conselho Administrativo de Estado

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DEIPs - Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DESPS - Delegacia Especial de Segurança Política e Social

FAB - Força Aérea Brasileira

FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

FEB - Força Expedicionária Brasileira

LSN - Lei de Segurança Nacional

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PRL— Partido Republicano Federal

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RGS - Rio Grande do Sul

TSN - Tribunal de Segurança Nacional

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

UPA - Universidade de Porto Alegre



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 DE LONGE E DE FORA: DETERMINAÇÃO DOS LIMITES HISTÓRICOS DE UM TEMPO QUE CHEGOU AQUI.....</b>	<b>25</b>
2.1 A conjuntura internacional.....	25
2.2 A conjuntura nacional.....	27
2.2.1 Panorama brasileiro antes do Estado Novo.....	28
2.2.1.1 O Integralismo.....	28
2.2.1.2 A Aliança Nacional Libertadora.....	29
2.2.1.3 A intenção de golpe comunista.....	30
2.2.1.4 As eleições de 1938.....	31
2.2.1.5 O Plano Cohen.....	32
2.2.2 O Estado Novo.....	33
2.2.2.1 A Carta de 1937.....	36
2.3 O Estado Novo no Rio Grande do Sul.....	37
2.3.1 A economia.....	43
2.3.2 A administração e a sociedade.....	47
2.3.3 A cultura, a educação e a saúde.....	49
<b>3 DE PERTO E DE DENTRO, O TEMPO QUE CHEGOU AQUI - PADRES HISTORIADORES TECENDO A HERANÇA PATRIMONIAL DA VILA DE LAJEADO.....</b>	<b>55</b>
3.1 A Paróquia Santo Inácio de Lajeado.....	56
3.2 Dom João Becker: “alemão renegado” ou pastor atormentado? .....	58
3.3 De perto e de dentro: O Estado Novo nos Livros de Tombo.....	61
3.3.1 Reaproximação entre Estado e Igreja.....	61
3.3.1.1 Reaproximação oficializada e ditadura institucionalizada.....	63
3.3.2 Antes de começar a reforma, é preciso pôr ordem na casa.....	67
3.3.3 Ensino religioso nas escolas públicas.....	68
3.3.4 Igreja e Estado no cuidado com a economia gaúcha.....	69
3.3.5 De perto: o contato direto dos pastores com o rebanho.....	71
3.3.5.1 As visitas pastorais.....	71
3.3.5.2 As cartas pastorais.....	73
3.3.5.2.1 A luta anticomunista nas cartas pastorais.....	73
3.3.5.3 A imprensa, ou melhor, a “Boa Imprensa” .....	77

3.3.6 O alcance da Segunda Guerra: recomendações aos paroquianos.....	78
3.3.7 A campanha de nacionalização.....	80
3.3.7.1 Missas em português.....	80
3.3.7.2 Aulas em português e a nacionalização na comunidade lajeadense..	81
3.3.8 Início do processo de redemocratização.....	82
3.3.9 O fim do Estado Novo e a “descompressão” do país.....	83
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que toda história está de alguma forma inteiramente ligada ao espaço em que ocorre. Sabemos também que as pessoas - crianças, jovens, adultos e velhos - todas gostam de ouvir histórias, principalmente quando elas mesmas fazem parte da história que está sendo contada. Por isto, um dos objetivos desta pesquisa será entender como a Era Vargas influenciou o desenvolvimento religioso, social e político de uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, principalmente através dos Livros de Tombo da Paróquia Santo Inácio de Loyola de Lajeado no período que vai de 1930 a 1945.

Os pesados portões da Santa Sé – o poder religioso - às vezes se abrem para deixar passar uma brisa fresca que traz tênues notícias para as comunidades católicas ou, às vezes, um furacão capaz de alterar condutas que eram convenientes e apropriadas até o momento. E é isto a que este trabalho se propõe: analisar esses sopros alvissareiros ou desanimadores, por vezes até provocativos de revolta por parte dos padres, que se atormentavam com a culpa de não estarem cumprindo sua missão a contento. Ordens papais consideradas por eles inaceitáveis tinham de ser executadas em suas paróquias, no interior do Brasil e, no nosso caso, na pequena Vila de Lajeado.

O Padre Leopoldo Loch, ao receber o aviso de sua transferência da Paróquia Santo Inácio, em 23 de dezembro de 1955, desafoga assim seu descontentamento:

*Em vinte e três de dezembro de 1955 recebi de S. Ex<sup>a</sup> Rev<sup>ma</sup> inesperadamente a comunicação de minha transferência desta paróquia. 23 anos e meio estive a frente desta paróquia em que muito*

*trabalhei, em que muito sofri, em que muitos consolos tive, em que muitas vitórias alcancei e muitos desenganos tive. Levei a paróquia até um ponto de vida religiosa que já ha tempos não bastam 2 sacerdotes para atender tudo como se devia atender, principalmente nos ultimos anos com a pesada tarefa da Reconstrução da Matriz. No tempo que aqui estive, muito contribui com minhas forças para a construção do hospital S. Roque, para elevar os dois colegios á categoria de ginasios e escola Normal, construi a casa canonica, a grut<sup>1</sup>a, e levei a construção da nova Matriz até o ponto a que atualmente se encontra. Ha muito tempo a paroquia de Lajeado era cobiçada por certas forças clericas novas, que me perseguiam injustamente. Sempre procurei dirigir meus paroquianos com bondade e paciencia, motivo porque, apesar de muitas lutas, saio sem deixar inimigo [grifo meu] (TOMBO III, p. 59 A – 60).*

Este estudo fará um pequeno levantamento dessa tarefa a que se propuseram os padres católicos que viveram em Lajeado desde o ano de 1881, ano em que foi fundada a paróquia de Santo Inácio, até o ano de 1945, entendido assim, até o final da Era Vargas, espaço temporal analisado nesta pesquisa.

Interessou-me pesquisar este tema por várias razões. Em primeiro lugar, penso que o resultado dessa tarefa trará uma nova contribuição sociocultural à comunidade científica e acadêmica e à sociedade lajeadense e regional, justificando, assim, todo o investimento pessoal, econômico, psíquico e intelectual, trazendo, com esse recorte temático e temporal, uma dimensão social e histórica relevante para a atualidade.

Justifico também minha investigação com uma razão pessoal: seduziu-me a garantia de uma tarefa perfeitamente exequível. O acesso ao acervo da Igreja e às respectivas fontes foi uma experiência que despertou um interesse particular e genuinamente comprometido com a história da minha cidade.

O ineditismo da abordagem e a originalidade do enfoque dado a uma das fontes - os livros de tombo - certamente enriquecerá a história regional, que ainda é incipiente. Daí o título deste trabalho. De perto: aqui em Lajeado, ali na praça, “na igreja da matriz”! De dentro: nos diários dos padres, de dentro dos seus corações, mentes e almas!

---

<sup>1</sup> Schierholt conta em seu livro sobre a Paróquia que Loch construiu a gruta com seus recursos financeiros e ajuda de amigos, para pagar uma promessa. Essa gruta, dez anos depois, foi derrubada pelo padre que o sucedeu. (SCHIERHOLT, 1997, p.151)

Concordo com Loraine Giron quando diz que “há um real preconceito contra a História Regional, viés que precisa ser entendido, ‘não em oposição, mas como complementação da história geral” (GIRON *apud* FALEIRO, 2005, p.17), motivo pelo qual entendo haver ainda tão pouca pesquisa da história de Lajeado e do Vale do Taquari em geral.

E mais: penso também que “os trabalhos de pesquisa em história regional servem para ampliar os horizontes da história nacional, oferecendo novas leituras da multifacetada sociedade brasileira, sem abandonar o espaço, o tempo e a memória” (*Ibidem*).

De acordo com a professora Silvana Faleiro, “no caso das diferentes gerações, o fato de conhecerem mais detalhadamente o contexto em que estão postas é importante para a compreensão do seu papel enquanto sujeitos do momento histórico em curso” (FALEIRO, 2005, p.17).

E isto serve também para valorizar o passado lembrado que contém informações significativas, originais e subjetivas sobre esse passado:

*Mesmo sendo uma seqüência de representações elaborada por historiadores condicionados pelas suas idéias e vivências, se apoiada em fontes históricas confiáveis e numa metodologia de análise pertinente, considera-se que a história registrada pode se constituir numa aproximação aceitável daquilo que realmente aconteceu no passado (DOBERSTEIN, 2002, p.24).*

Problematizar historicamente é fundamental para que se dê sentido às imensas quantidades de fontes e informações à nossa disposição. Importa historicizar a memória e o cotidiano - refletir a existência a partir do que nela há de histórico - e vincular a fonte documental com a produção do conhecimento histórico. Tentar situar acervos em seu contexto, tanto espacial como temporal – tarefa inebriante para o historiador!

Então, sabendo-se que o governo de Getúlio Vargas foi marcado pela aprovação da Constituição de 1934, que previa uma colaboração entre a Igreja e o Estado, e que, naquele momento, foram atendidas várias reivindicações católicas, como por exemplo, a presença do nome de Deus na própria Constituição, pergunta-se: esses diários são, efetivamente, o reflexo da realidade política da época ou ali apenas eram anotados fatos comuns do dia-

a-dia da comunidade católica lajeadense, demonstrando omissão por parte dos padres quanto à situação que o país vivia?

E, se são esse reflexo, demonstraram, essas anotações, a atitude conciliatória que a Igreja assumiu diante do regime ditatorial de Getúlio? Ou aparecem nelas evidências de que a Igreja Católica não era tão conivente com a linha dura do governo Vargas? Pode-se dizer que os padres eram amigos do governo porque a Igreja estava comprometida com o Estado, que a apoiava, desde a Constituição de 1934?

Para responder estas questões, antes de elaborar o trabalho, surgiram algumas hipóteses que poderiam esclarecer estas dúvidas. Uma delas seria a impossibilidade de perceber nos apontamentos dos livros de tombo (por serem insuficientes) qual era o sentimento ou a posição dos párocos em relação ao contexto histórico que viviam – eles eram indiferentes aos fatos?

Uma segunda hipótese aventada seria a de que a opinião dos padres nos Livros de Tombo apoiava a ditadura do Estado Novo e eles agiam de acordo com o que lhes era imposto pela direção da Igreja, sobretudo a fim de barrar a ascensão do “perigo comunista”.

A terceira suposição seria a de que esses padres de Lajeado emitiam sua opinião desfavorável às decisões do governo - ao contrário da posição adotada diante do regime do Estado Novo em que a Igreja assumiu uma posição conciliatória diante do regime de exceção. Se assim fosse, esta atitude seria abonada pela concepção de que aquele era um governo laico (igreja ≠ estado) ou porque perseguia os alemães que eram em sua maioria membros da paróquia?

Para levar a termo minhas dúvidas fiz algumas escolhas quanto à metodologia a ser desenvolvida para obter sucesso na execução deste estudo. Optei por fazer uma pesquisa classificada como exploratória, uma vez que este tipo de pesquisa “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema” (GIL, 2002, p. 41). É um processo quase natural: o início de todo o trabalho é explorar com a finalidade de proporcionar maiores informações sobre o estudo.

E será usando as mais abrangentes e específicas teorizações como ferramentas de trabalho científico – as fontes documentais e bibliográficas – que trarei essas informações necessárias para a realização e o enriquecimento da análise, fazendo o cruzamento das informações obtidas, tanto em uma como em outra fonte, com os diários dos padres. O que se fará é uma análise comparativo-exploratória dos acontecimentos mundiais e os seus reflexos em uma pequena comunidade do interior do Brasil, fazendo uso do que se convencionou chamar de “história vista de baixo”. Peter Burke (1992) diz que os historiadores da Igreja, como Eduardo Hoornaert, estão começando a estudar sua história vista tanto de baixo, como de cima.

O trabalho de coleta dos depoimentos escritos dos padres se realizou na casa canônica da Paróquia Santo Inácio de Loyola, de Lajeado, sita à Rua Bento Gonçalves, 357, que funciona como secretaria da comunidade. Também serve como local de atendimento por parte do padre às pessoas que o procuram para casamentos, batismos ou apenas para conversar.

O acervo pesquisado é composto por cinco livros de tombo<sup>2</sup>, sendo o primeiro datado de 12 de julho de 1881, aberto por Monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro e o último encerra-se em 08 de fevereiro de 1998.

Todo o trabalho de pesquisa junto ao acervo foi acompanhado por contextualização histórica de autores regionais, nacionais e internacionais, uma vez que as decisões e ações tomadas localmente pelos padres eram resultado das ordens que vinham do Vaticano, via arquidiocese, sempre espelhando o momento pelo qual passava o mundo ocidental. Para realizar esta tarefa será diligenciado embasamento teórico e prático, adquirido ao longo do Curso de História, sempre tendo em mente o cuidado para não cair no que os historiadores chamam de anacronismo, ou seja, a projeção de percepções pessoais sobre o mundo atual e sobre as mentalidades coetâneas para os homens dos tempos analisados no acervo paroquial.

---

<sup>2</sup> A designação “Livros de Tombo” provém do Direito Português, onde a palavra *tombar* tem o sentido de registrar, inventariar ou inscrever bens nos arquivos do Reino de Portugal, de acordo com o site < <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Esta designação também é usada por Assunção (2003).

Para isso, será aproveitado material já existente, pois Gil (2002, p.44) valida esse procedimento: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Vamos nos valer desses levantamentos especulativos, já que a intenção desta pesquisa é fundamentar o tema proposto e construir hipóteses que poderão ou não ser comprovadas a partir da perspectiva desses artífices do passado, no caso, os padres e seus registros diários.

O recorte espacial é a cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul e o temporal, os anos da Era Vargas, com ênfase no Estado Novo, de 1937 a 1945. Podemos, então, conceber que uma das metodologias utilizadas por historiadores seja “a eleição de um recorte privilegiado que funcione como lugar de projeção das atitudes coletivas (uma aldeia, uma prática cultural, uma vida) ou, finalmente uma abordagem extensiva de fontes de natureza diversas” (BARROS, 2004, p.40).

O assunto do presente trabalho será, na sua essência, político. Entretanto, por vezes, adentrará o terreno religioso, mais notadamente o católico, havendo, portanto, necessidade da total isenção ideológica e doutrinária por parte de sua executante. Parafraseando Isaia, vamos exercer um “ateísmo metodológico”, ou seja,

*No decorrer deste trabalho, a religião será encarada em uma perspectiva essencialmente social, como um empreendimento construído dialeticamente pelos homens em seu relacionamento com o meio, tal qual se manifesta na realidade como fenômeno empírico. Encarada no âmbito da pesquisa histórica como produto da atividade e da consciência humana, descarta-se aqui qualquer preocupação valorativa quanto à realidade ontológica do fenômeno religioso. Adota-se uma postura epistemológica na qual a religião é vista a partir unicamente de sua realidade empírica. A sua mensagem soteriológica e escatológica é encarada como um dado desta realidade. (Isaia, 1998, p.20)*

Ou, ainda, podemos levar em consideração o que diz o Jornal da Ciência (em artigo não assinado)

*(...) é nesse mesmíssimo sentido que se defende o “ateísmo metodológico” da ciência: Deus, simplesmente, é uma questão acientífica – ou, dito ao revés, a ciência é atéia. A ciência não “nega” Deus, simplesmente não lhe diz respeito, e daí não decorre que os cientistas devam ser ateus, agnósticos ou crentes, mas que, simplesmente, ajam de um modo tal que esta crença não interfira (Jornal da Ciência, 2005, texto digital).*

Mas, o que importa mesmo neste estudo é não dar a verdade como pronta e tentar demonstrar o provável - o que o historiador será capaz de fazer - mesmo sabendo que o ser humano (e o historiador é um ser humano, portanto falível), pensa que as coisas são como *ele* pensa que são, ou *como ele as percebe* ou como as pessoas de sua confiança *dizem a ele que são*. E é aí que entra o ofício de historiador: observar os acontecimentos e depoimentos com reserva, entender onde fica a fronteira entre o dizível e o indizível, tentar comprová-los reinterpretando o passado e atendendo às exigências da verdade, *se ela* existir... Sob pena de não ser mais ele um historiador!

E, tentando fazer isso, o embasamento para vários aspectos deste estudo serão as mais variadas fontes documentais - propósito desta pesquisa – o que nos faz refletir sobre a concepção ideal de documento, uma vez que “O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer ‘a verdade.’” (LE GOFF, 1995, p.54).

A cultura é um tema ligado às várias Ciências Humanas e é “como uma lente através da qual o homem vê o mundo” (BENEDICT *apud* LARAIA, 2007) e ela tem como uma de suas representações simbólicas o **documento**, que também **serve para legitimar a história**. Os documentos nos auxiliam a encontrar nossas raízes.

Já, o historiador italiano, Giovanni Levi, diz que “Os próprios documentos mudaram de sentido, perderam a evidência, mostraram como sua utilização imediata, literal, deforma os significados para os quais foram produzidos, no interior de uma cadeia informativa que não pode ser arbitrariamente interrompida (...)” (LEVI *in* REVEL, 1998, p.132).

Também Foucault, em sua “Arqueologia do Saber” nos ensina a fazer uma crítica do documento. Diz ele:

*(...) a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, **mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo**: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte*

*em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças...* (FOUCAULT, 2008, p.7).

E é exatamente o que faremos no presente trabalho: uma crítica dos documentos submetidos à nossa apreciação, a fim de definir as relações existentes entre a Igreja Católica e o governo de Getúlio Vargas, pois entendemos que “Na produção do conhecimento histórico (...) os documentos só falam se perguntados” (BERGESCH, 2003, p.16).

Vamos, nesta pesquisa, falar das coisas de sempre, porém fazendo novas interpretações decisivas para o estudo em epígrafe. É como dar uma “verdadeira importância àquilo que antes parecia ter surgido meramente por circunstância ou necessidade” (LEVI *apud* BURKE, 1992, p.134). Em outras palavras, “todo o imaginário das comunidades católicas da região trazidas a nós pelas impressões anotadas pelos padres ao vivenciarem estes acontecimentos sociais, religiosos, econômicos e políticos” (SCHNACK, 2008, p. 50).

A história desta paróquia será contada, como já dissemos, através de livros já escritos por pessoas ligadas à comunidade lajeadense e, principalmente, através da história contada pelos próprios párocos em seus “diários”, os Livros de Tombo. Este é o privilégio que nos trouxe o movimento da História Nova: a ampliação do campo do documento histórico. Reler, reescrever ou, ainda, reinterpretar o passado a partir das anotações feitas pelos padres responsáveis por registrar o dia-a-dia de sua diocese, consegue nos dar uma nova perspectiva sobre os acontecimentos de antanho. Para Duby

*(...) o fato é que os historiadores não são detectores inertes, lêem com olhos sempre novos os mesmos documentos, baseando-se em questionários constantemente adaptados. A maioria dos achados provém desse fermento de fantasia que leva o historiador a afastar-se dos caminhos muito batidos. (...) Não se há de pensar que repudio esta moral: ela que dá dignidade a nosso ofício (DUBY, 1993, p. 57-58).*

Todorov (2002) entende que a memória abrange um espectro tão amplo que não pode ser simplesmente entregue ao entusiasmo ou à cólera e que é preciso começar por reconhecer as grandes características deste fenômeno complexo: a vida do passado no presente.

Para esclarecer como a Igreja se representa no Brasil e no interior da sociedade moderna e como ela é interpretada - quando carrega em si razão e sentimento (característica teológico-política) - será imprescindível considerarmos o que diz Roberto Romano sobre isso. Ele se vale da teoria weberiana “onde a Igreja Católica é caracterizada como força essencialmente estereotipadora” (ROMANO, 19879, p.13) para traçar um quadro da história eclesiástica na moderna formação política brasileira.

Neste aspecto também é importante considerar o que diz Camacho (1995), uma vez que faz a análise dos documentos eclesiásticos sob uma perspectiva histórica. Já Kater Filho (1999) traz a perspectiva da Igreja Católica como capaz de sobreviver apenas de seu *marketing* político.

Sabe-se que a Igreja sempre precisou do apoio do braço secular para fazer suas reformas sociais. Porém, enfrentava e enfrenta ainda, simultaneamente, a força determinante do Estado, o que quase sempre gerou conflitos. Romano diz que esta situação já vem desde a Questão Religiosa de 1873 em Olinda, Pernambuco. Nossa intenção é fazer a análise de como se deu essa relação Igreja-Estado, mais especificamente, durante a Era Vargas.

E, para caracterizar a passagem do período oligárquico vivido pelo Brasil na Velha República para o Governo Vargas e para contextualizar todo o período em epígrafe, serão examinados vários autores, dentre eles, Fausto (2004) e o brasilianista Skidmore (1976).

Este trabalho abrange uma época da história do Rio Grande do Sul em que a Igreja Católica ainda exercia muita influência nas decisões do Estado de forma geral e, principalmente, na ascensão de Getúlio Vargas e seu governo autoritário. Esta intervenção se dava através da Arquidiocese de Porto Alegre na figura de D. João Becker, um homem de seu tempo, figura ímpar, brilhantemente analisada por Isaia (1998) no livro “Catolicismo e Autoritarismo

no Rio Grande do Sul”, que, aliás, será a base para vermos toda a relação que se estabeleceu entre o Estado Novo e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul.

Para estudos da contextualização no estado, utilizaremos fartamente a historiografia de Gertz (1987, 1991, 1998 e 2005), vários autores que abordam economia, arte, sociedade, educação como Tambara e Quadros, entre outros assuntos, como Flach, Mazzini e Fontoura, na “monumental” obra sobre a história do Rio Grande, organizada por Tau Golin e Nelson Boeira (2007), além do próprio Isaia (1998) e de Rangel (2007).

Serão analisadas, também, as linhas administrativas de alguns vultos da hierarquia eclesiástica, através de suas manifestações oficiais como as encíclicas e as cartas pastorais, que tiveram influência direta, tanto sobre a política brasileira, como no dia-a-dia dos padres que são alvo deste trabalho. Para estudo sobre D. João Becker e as cartas pastorais entendemos que Isaia (1998), de novo e ainda, seja indispensável para abrangermos em sua totalidade a administração desse arcebispo e o importante veículo de comunicação hierárquica eclesiástica utilizado por ele, incansavelmente.

Para descrever as medidas severas que a comunidade alemã sofreu durante o Estado Novo lançaremos mão sempre das publicações de René Gertz (1987, 1991), para todo o Rio Grande do Sul, inclusive seu trabalho em conjunto com Fischer (1996), onde compila considerações pessoais, trabalhos acadêmicos e memórias de vários “teuto-gaúchos”. Também serão usadas dissertações e monografias, como a de Kipper (1979), que é um trabalho pormenorizado de como a população de Santa Cruz do Sul viveu este período podendo-se equiparar com a experiência em Lajeado. Para Lajeado, poderemos consultar Faleiro (2005), Schierholt (1992, 1997), Altmann (1991), entre outros.

Ainda fazendo uso de autores locais, temos a oportuna dissertação de mestrado de Cecília Adelaide Bergesch, intitulada “Política de nacionalização e suas Repercussões nas Igrejas e Escolas no Vale do Taquari (1930-1945)”.

Quanto à sua organização, este estudo se divide em duas partes ou dois capítulos, sendo o primeiro uma contextualização do período em epígrafe, o

que julgo essencial para a compreensão dos trechos transcritos dos livros de tombo.

O segundo capítulo se compõe das anotações feitas pelos padres nesses livros e sua relação com o momento histórico em que foram escritas.

Por fim, após os dois capítulos, tecerei algumas considerações sobre o levantamento feito nesta pesquisa e tentarei analisar como se deu o fenômeno político do Estado Novo, visto de perto e de dentro. Em Lajeado.



## **2 DE LONGE E DE FORA: DETERMINAÇÃO DOS LIMITES HISTÓRICOS DE UM TEMPO QUE CHEGOU AQUI**

O capítulo inicial desta pesquisa nada mais é que um breve inventário sobre o período ao qual se refere esta pesquisa. O objetivo é introduzir e contextualizar o Estado Novo no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul (RGS), além de mostrar a conjuntura internacional em que estavam inseridos esses dois espaços, cujas influências são inegáveis para o advento e o desenrolar desse momento político e histórico tão importante para o país, pois são fontes de compreensão para os acontecimentos subsequentes até os dias de hoje.

O capítulo é composto de três partes, quais sejam: a contextualização histórica internacional, a nacional e a estadual. Estas três partes, por sua vez, são divididas em itens menores que oferecem informações pormenorizadas sobre o assunto em epígrafe.

### **2.1 A conjuntura internacional**

As décadas de 1920 a 1940 foram marcadas por profundas transformações na história mundial que afetaram diretamente o Brasil, tanto em suas relações políticas como econômicas. Esse período histórico trouxe para a Europa um conturbado panorama, com a ascensão de regimes totalitários, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha. Além disso, estava ocorrendo uma lenta recuperação da economia desse continente frente à quebra da Bolsa de Valores de Nova York, ocorrida em 1929.

Analisando este período histórico, conclui Franco Junior (1980):

*Se a Grande Depressão transformou a vida econômica, política e social de todos os países em que fez sentir seus efeitos, com mais razão isso aconteceu naqueles que haviam saído da Primeira Guerra Mundial em má situação. Se a Grande Depressão abalou a confiança no capitalismo liberal, nos países de fraca tradição democrática passou-se a ver num governo forte a solução para a crise. De fato, por se identificar as instituições democráticas com o capitalismo liberal, o fracasso deste significou o fracasso daquelas, abrindo-se, assim, o caminho para várias formas de autoritarismo (FRANCO JUNIOR, 1980, p. 315).*

As economias mais avançadas da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA) optaram, para sua recuperação, por políticas protecionistas e entenderam por bem reativar o comércio internacional. A Alemanha optou pelo *comércio de compensação* (simples troca de mercadorias) e os EUA, pelo livre comércio. A ambos os países, sem possessões coloniais para onde direcionar suas mercadorias, interessava sumamente a América Latina - e o Brasil, mais em particular - onde se encontravam a matéria prima barata e o mercado consumidor dos produtos manufaturados. Como diz Prado Junior, “quanto à Alemanha, ela não agirá (neste setor particular do algodão) com tanta profundidade; mas torna-se o maior comprador de algodão brasileiro, com uma proporção que chegará, em 1935, a quase 60% da exportação total do Brasil” (PRADO JUNIOR, 1985, p. 277).

Essa crise econômica mundial de profundidade sem precedentes derrubou até mesmo as economias capitalistas mais fortes, como os EUA, onde não havia guerras e revoluções. As instituições de democracia liberal quase desapareceram entre 1917 e 1942, o que facilitou o aparecimento do fascismo e suas manifestações totalitárias, como a Alemanha. Camacho (1995, p.99) arrisca dizer que “a crise de 1929 talvez tenha sido o resultado a longo prazo da Primeira Guerra Mundial”.

Estes dois países, também no aspecto ideológico, seguiram por caminhos diferentes: os EUA deflagraram a sua “política da boa vizinhança”, para se aproximar dos seus vizinhos de hemisfério, utilizando-se dos ideais pan-americanistas, um movimento de “solidariedade” continental com o fim primeiro de promover a paz no continente americano, conservar a independência dos EUA e

estimular seu relacionamento com os países circunvizinhos – a Doutrina Monroe<sup>1</sup> superando o Bolivarismo<sup>2</sup>. A Alemanha, já em 1933, adotara o nazismo como ideologia oficial: defendia o autoritarismo antiparlamentar e nacionalista. Assim como o fascismo italiano, o nazismo expressava o oposto do liberalismo na Europa.

Com o fim da I Guerra Mundial (1914-1918), começaram a surgir na Europa tendências políticas contrárias aos ideais burgueses que vinham desde o século XVIII – o liberalismo e a democracia. Duas disposições ideológicas criticavam a ideologia burguesa: a direita, representada pelo nazismo e pelo fascismo, de cunho extremamente nacionalista, belicoso e ditatorial, que buscava, por vias não revolucionárias, uma saída para o capitalismo; e a esquerda, representada pelo marxismo, que também queria uma opção ao capitalismo, mas pela revolução da classe operária que transformaria a sociedade pelo fim da propriedade privada, dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado.

## 2.2 A conjuntura nacional

Foi nesse contexto que, na área diplomática, Vargas adotou o que o historiador Gerson Moura chamou de política de "equidistância pragmática"<sup>3</sup>. Ou seja, ele mantinha boas relações com os dois países. Vargas procurava extrair benefícios da disputa entre EUA e Alemanha pela influência no Brasil. Sua questão primordial era obter financiamento externo para o programa brasileiro de industrialização, sobretudo para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O governo brasileiro assinou acordos comerciais com ambos os países. Com a Alemanha, o Brasil assinou Acordos de Compensação em 1934 e 1936, garantindo a exportação de algodão, café, laranja, couro, tabaco e carne enlatada

---

<sup>1</sup> A Doutrina Monroe foi um projeto elaborado pelo presidente norte-americano James Monroe, em 1823, cuja finalidade era "proteger" os países latino-americanos contra os países europeus, o que acabou sendo um instrumento de dominação política e econômica sobre as Américas.

<sup>2</sup> O Bolivarismo foi um movimento político das Américas, inspirado no líder revolucionário venezuelano Simon Bolívar (1783-1830), cujo sonho era unir toda a América Latina numa confederação de países livres, unidos para resolver suas políticas externas.

<sup>3</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

em grandes quantidades, em troca de produtos manufaturados alemães. Sobre isso diz Abreu:

*Vargas fez o que se pode considerar a defesa clássica do acordo com a Alemanha: tratava-se de não perder o mercado alemão, que absorvia os produtos brasileiros que não eram exportados para os Estados Unidos e eram produzidos em regiões politicamente importantes, como o Nordeste e o Rio Grande do Sul (ABREU, 1984, p. 25).*

Com os Estados Unidos, foi assinado o Tratado Comercial de 1935: o Brasil fazia concessões tarifárias a alguns produtos norte-americanos, e os Estados Unidos liberavam tributos dos principais produtos de exportação brasileiros. O professor John Williams, o “fiscal dos EUA”, enviado ao Brasil para avaliar a situação cambial brasileira, disse “que a solução do problema cambial não dependia das autoridades brasileiras e sim da recuperação do nível de comércio internacional e redução dos obstáculos ao livre comércio” (*Ibidem*, p.22).

## **2.2.1 Panorama brasileiro antes do Estado Novo**

### **2.2.1.1 O Integralismo**

Nos anos 1930 surgiu no Brasil um movimento político que se assemelhava ao fascismo europeu, logo após a Revolução Constitucionalista de 1932. Em outubro do mesmo ano, Plínio Salgado e alguns outros intelectuais fundaram, em São Paulo, a Ação Integralista Brasileira (AIB)<sup>4</sup>. Movimento nacionalista, anticomunista e antiliberal, aceitava negros e mulheres em seu grupo, apesar de seu cunho antisemita - Plínio havia tido contato pessoal com Mussolini e absorvido algumas marcas fascitoides, como a milícia armada, os

---

4 Plínio Salgado, figura singular, ficou viúvo aos 24 anos, com uma filha para criar, o que o fez buscar conforto no catolicismo, interessando-se por escritos de autores católicos brasileiros, vindo a se tornar teólogo, político, escritor, jornalista e intelectual. O Integralismo era quase um movimento revolucionário, apesar de ter características de doutrina. Salgado era um homem apaixonado, que pretendia “construir a Sociedade, segundo a hierarquia de seus valores espirituais e materiais, de acordo com as leis que regem os seus movimentos e sob a dependência da realidade primordial, absoluta e suprema, que é Deus” (trecho das *Diretrizes Integralistas*, 2010, texto digital. Disponível em: <<http://integralismo.org.br/novo/?cont=123&vis=>>>).

uniformes verdes, a letra grega sigma à guisa de emblema e a saudação “Anauê”<sup>5</sup>, usada por seus militantes.

Apesar disso, este fascismo tupiniquim dava ênfase na tomada de consciência dos valores espirituais e usava o lema “Deus, Pátria e Família”. Defendia o corporativismo de Estado e rejeitava o socialismo como modo de organização social. Foi o primeiro partido político de massa organizado no Brasil e compunha-se de alguns militares, profissionais urbanos da classe média, funcionários públicos e intelectuais das mais diversas áreas. Neste liame, diz o historiador Boris Fausto (2004):

*Integralistas e comunistas se enfrentaram mortalmente ao longo dos anos 30. Os dois movimentos tinham entretanto pontos em comum: a crítica ao Estado liberal, a valorização do partido único, o culto da personalidade do líder. Não por acaso, houve certa circulação de militantes que passaram de uma organização para a outra. (...) eles [o integralismo e o comunismo] refletem a oposição existente na Europa entre seus inspiradores: o fascismo de um lado e o comunismo soviético de outro (FAUSTO, 2004, p. 356).*

### 2. 2.1.2 A Aliança Nacional Libertadora

Skidmore (1976, p.41) relata assim o surgimento dessa facção política: “À esquerda, uma facção do Partido Comunista, a ala ‘legalista’, organizou um movimento de frente popular, chamado Aliança Nacional Libertadora, ou ANL.” Foi uma organização política nacional fundada em março de 1935 com o objetivo de combater o fascismo e o imperialismo e “pedia o cancelamento das ‘dívidas imperialistas’, a nacionalização das empresas estrangeiras e a liquidação dos latifúndios” (*Ibidem*). Pedia também reforma agrária, garantia das liberdades populares, suspensão do pagamento da dívida externa, proteção aos pequenos e médios proprietários e a formação de um governo popular.

Reuniram-se para formar a ANL “comunistas, socialistas e antigos ‘tenentes’ insatisfeitos com a aproximação entre o governo de Getúlio Vargas e os grupos oligárquicos afastados do poder em 1930” (CPDOC, 2010, texto digital).

---

5 Anauê é um vocábulo de origem tupi, que servia como saudação entre os indígenas. De conteúdo afetivo, significa: "Você é meu irmão". O movimento Integralista a incorporou como saudação oficial entre seus integrantes e foi consagrada em louvor do Sigma. Servia ainda para exaltar, afirmar, consagrar e manifestar alegria.

No mês de março de 1935, constituiu-se o diretório nacional provisório da ANL, composto por Herculino Cascardo, Amoreti Osório, Francisco Mangabeira, Roberto Sisson, Benjamim Soares Cabello e Manuel Venâncio Campos da Paz. Por ocasião do lançamento da ANL, mesmo estando na União Soviética, Luiz Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra da organização. “Prestes, que nessa época já aderira ao comunismo, desfrutava de enorme prestígio devido ao seu papel de líder da Coluna Prestes, que na década anterior havia tentado derrubar o governo federal pelas armas” (*Ibidem*).

Com a ANL, o Brasil já tinha sua “esquerda”, pronta para combater o fascismo de Salgado e defender as classes populares. Seu quadro foi ampliado por “socialistas e reformistas de diferentes matizes, muitos deles oriundos da aristocracia decadente nordestina e insatisfeitos com os rumos que tomava a revolução de 1930” (CAMARGO, 1989, p.34). Ainda segundo Camargo, a ANL caminhou rapidamente para a radicalização, com Prestes à sua frente, que instigou as massas a derrubar o regime de Vargas. Disse Prestes *apud* Camargo:

*O principal adversário da Aliança não é somente o governo podre de Vargas, são, fundamentalmente, os imperialistas aos quais ele serve e que tratarão de impedir por todos os meios, a implantação de um governo popular revolucionário no Brasil. Os mais evidentes sinais da resistência que se prepara no campo da reação já nos são dados pelos latidos da imprensa venal vendida ao imperialismo. A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto. 'A ideia do assalto amadurece na consciência das grandes massas'. Cabe aos seus chefes organizá-las e dirigi-las.(Ibidem)*

### 2.2.1.3 A intenção de golpe comunista

Com a rápida projeção da ANL, o governo começou a tentar reprimir suas ações e, efetivamente, conseguiu fechá-la, em julho de 1935. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) passou a planejar uma sublevação, que veio a ocorrer em novembro desse ano, que redundou em fracasso. O poder em Natal foi tomado por uma junta do governo, que foi dominada. Houve rebeliões no Rio de Janeiro e em Recife, entre as forças legais e os rebeldes, que acabaram por se render. Essa tentativa de golpe contra o governo de Vargas, a Intentona

Comunista, como ficou conhecida, ou Revolta Vermelha de 35, foi chamada por Fausto (2004, p. 361) de “aventura de novembro de 1935” e “(...) representava o canto do cisne da linha política anterior. Ela foi alentada pelas informações fantasiosas dos comunistas brasileiros, dando conta da existência de um clima pré-revolucionário no país”.

Esse episódio desencadeou a tomada de medidas repressivas autoritárias por parte do governo, pois havia agora uma “ameaça vermelha”, provada, principalmente, pelo envio de líderes russos para ajudarem os brasileiros na insurreição. A partir daí o estado de guerra, ou estado de sítio, tornou-se medida permanente até 1937, chegando a ser criado neste encadeamento, um órgão coercitivo: a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, além de outros sobre os quais falaremos mais adiante. É nesse contexto que surge a figura de Filinto Müller, um antigo tenente que veio a ser chefe da polícia da capital federal, colaborador particular do presidente Getúlio e que teve papel importante no período do Estado Novo.

#### 2.2.1.4 As eleições de 1938

Em janeiro de 1938 estavam previstas eleições para presidente. Como candidato “oficial”, aparecia o paraibano José Américo de Almeida, que contava com o apoio de Minas Gerais, do RGS, dos apoiadores de Vargas de São Paulo e dos estados do Nordeste. Plínio Salgado representaria os integralistas. Nesse clima de pleito, afrouxaram-se as medidas repressivas e o estado de guerra deixou de vigorar. No entanto, Getúlio não estava disposto a entregar seu cargo, visto que,

*(...) só ele poderia salvar o Brasil dos extremismos da direita e da esquerda. Na verdade, o apoio a uma espécie qualquer de solução ‘continuista’ estava disseminado entre as elites políticas e militares. Vargas precisava de bem pouco estímulo para se acreditar indispensável (SKIDMORE, 1976, p.46).*

Ou nas palavras do escritor Nei Duclós<sup>6</sup>: “Vargas era o demiurgo dessa mitologia do salvacionismo tenentista”. Duclós acrescenta, mais adiante, que “o

---

<sup>6</sup> Informação obtida por fonte digital, disponível em <<http://www.consciencia.org/neiduclos/o-papel-da-policia-politica-no-processo-de-implantacao-da-unidade-das-forcas-armadas-1930-1945>>.

salvacionismo está intimamente ligado à ideia de identidade nacional, à fragilidade do País diante da ameaça estrangeira, a necessidade de união em torno da Força e do Ideal para enfrentar os inimigos internos e externos” (DUCLÓS, 2010, texto digital).

Ao longo do ano de 1937, Vargas lançou mão de vários ardis para garantir sua permanência no poder. Um deles foi destituir o prefeito da capital federal, Pedro Ernesto<sup>7</sup>, outro foi intervir em alguns estados, como o RGS - onde o próprio Góis Monteiro<sup>8</sup>, chefe do Estado-Maior do Exército, fez uma visita de inspeção a fim de se certificar de que Flores da Cunha estava em posição enfraquecida - e o Distrito Federal, isolando sua oposição e afastando alguns oficiais legalistas do Exército.

#### 2.2.1.5 O Plano Cohen

Além das “providências” descritas no item anterior, Getúlio continuava precisando de um pretexto para levar seu plano golpista adiante: uma revolução arquitetada pelos comunistas poderia ser uma boa saída. Góis Monteiro veio com a “solução”, através de um estratagema que ficou conhecido como Plano Cohen: uma grosseira falsificação de um documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder no Brasil pelos comunistas. Este documento teria sido apreendido pelas Forças Armadas. A farsa deu certo: foi restaurado o estado de guerra, o general Daltro Filho decretou a federalização da Brigada Militar no RGS, eliminando, assim, a última resistência ao golpe de Getúlio. Foi agregado o apoio dos governadores dos estados do Norte e Nordeste, com exceção da Bahia e de Pernambuco.

---

<sup>7</sup> Pedro Ernesto foi acusado por Vargas de dar apoio à ANL e participar do levante comunista de 1935, pois sua administração deu papel importante às massas urbanas. Apesar disso, Vargas se inspirou na sua atuação política quando de seu segundo governo.

<sup>8</sup> “[Góis Monteiro] Passou, então, a desfrutar de grande prestígio junto ao novo governo, integrando o chamado Gabinete Negro, pequeno grupo que se reunia quase diariamente com o presidente Vargas, influenciando nos passos iniciais do novo regime. Participou com destaque da repressão ao levante de novembro de 1935 e passou a ser um dos elementos centrais no processo de fechamento do regime, que teve seu desfecho no golpe que instalou a ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937”.

Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/goes\\_monteiro](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/goes_monteiro)>.

Para Seitenfus (2000, p.87), “o caso ilustra bem a fabricação de todas as peças de um documento, de acordo com as necessidades de uma causa. Esse curto documento, denominado sem razão precisa de Plano Cohen, foi divulgado a 29 de setembro de 1937. As rádios brasileiras o anunciam imediatamente como um plano preparado pela Internacional Comunista (*Komintern*), visando à tomada do poder através de uma ação violenta: greves, massacres, incêndios de igrejas, etc.<sup>9</sup>”.

### 2.2.2 O Estado Novo

Getúlio Vargas governava desde 1930, “provisoriamente”, até julho de 1934, quando foi eleito presidente pelo Congresso<sup>10</sup>, no mesmo ano em que foi promulgada a Constituição. Semelhante à de 1891, que estabelecia uma República Federativa, esta, trazendo aspectos da situação de mudanças vividas pelo país, falava pela primeira vez em segurança nacional e em ordem econômica e social (família, educação e cultura).

Esta carta tinha intenções nacionalistas, pois previa a nacionalização das minas e das jazidas minerais e quedas d’água, como forma de proteção econômica e militar; aprovava pluralidade e autonomia para os sindicatos e dispunha sobre a legislação trabalhista, além de gratuidade para o ensino primário; também defendia a obrigatoriedade do serviço militar e criava o Conselho Superior de Segurança Nacional, capitaneado pelo presidente da República e integrado pelos ministros e chefes dos estados maiores do Exército e da Marinha.

Sabemos que, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, as ideias e movimentos totalitários começaram a germinar na Europa. O capitalismo, diferente do que prometera, trouxe apenas desemprego, pobreza e desespero para o mundo ocidental. A solução parecia estar nas práticas fascistas.

---

<sup>9</sup> Em nota de rodapé, nesta mesma página da obra, o autor diz que “nenhum dos que se envolveram nessa questão pôde explicar a escolha desse nome. Trata-se provavelmente de uma alusão clara a uma pretensa conspiração mundial do ‘judaísmo e do bolchevismo internacionais’, segundo o vocabulário dominante nos meios fascistas da época”.

<sup>10</sup> Coincidentemente, em agosto de 1934, com a morte do presidente Hindenburg, na Alemanha, Hitler se autoproclama chefe de Estado e comandante-em-chefe supremo das forças armadas.

Como vimos anteriormente, no Brasil, para combater o capitalismo financeiro e estabelecer o controle do Estado sobre a economia, surgiu uma doutrina que se autodefiniu como nacionalista, de conteúdo mais cultural do que econômico, segundo Fausto (2004, p.353), a AIB (Ação Integralista Brasileira), fundada por Plínio Salgado, em 1932. Como visto também, seu contraponto foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL), surgida em março de 1934, liderada por Luis Carlos Prestes, indicado por Carlos Lacerda. Lançada por comunistas e “tenentes” de esquerda, além de membros da classe média, seu programa básico também era de cunho nacionalista. Queria um governo popular, derrubando Vargas para enfrentar o fascismo e apelava para a luta de classes contra o imperialismo (capitalista) e o latifúndio.

Não havendo partidos nacionais, estes dois movimentos refletiam, em terras brasileiras, a oposição que havia na Europa entre o fascismo e o comunismo soviético. Os dois exprimiam “as aspirações de uma nova classe média, deslocada entre a política regional, oligárquica, e as pressões de um movimento operário ativo, embora incipiente. Do ponto de vista das elites tradicionais, essas forças representavam a ascensão das massas urbanas, sinal ameaçador dos novos tempos” (CAMARGO, 1989, p.33).

De acordo com Herschmann e Pereira (1994, p.33), “Os anos 20-30 são um momento crucial em termos da redefinição não apenas político-econômica, mas, essencialmente, cultural.” Esses autores observam que naquela década, com o estímulo do governo, ou seja, com obtenção de poder – uma estratégia para manter suas posições junto às elites dirigentes - “médicos, educadores, engenheiros, literatos, enfim, todos os intelectuais discutiam apaixonadamente o tema da ‘identidade cultural/nacional’” (*Ibidem*).

Sendo assim, o Estado Novo tinha como pano de fundo de sua ideologia o mito da nação e do povo. Em outras palavras, era chegada a hora de se separar do velho Mundo: havia “(...) a necessidade da construção de um ‘olhar’ capaz de visualizar o país enquanto algo radicalmente distinto do Velho Mundo, dotado de uma especificidade que tomava a ‘mestiçagem’ como um de seus principais referenciais e cujo poder de sedução se revelava bastante grande” (*Ibidem*, p.29).

Nessa estrutura institucional construída após a Revolução de 30 e mais fortemente durante o Estado Novo, houve um processo de reinvenção da nação e, na esteira dessa modernização, intelectuais como Gilberto Freyre lançaram suas obras primas como “Casa Grande e Senzala”, “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda e “As culturas negras no Novo Mundo”, de Arthur Ramos.

O povo se identificaria com a nação e ambos com a figura do ditador e, de preferência, sem a interferência de partidos. Esta era a ideia do Estado Novo. O povo governaria a sua nação e a si mesmo e o ditador - que geralmente é um líder que “salva” o povo em tempos de crise, aquele que reúne em si a força do carisma e do populismo, neste caso, Getúlio Vargas e a personalização de seus intentos – cuidaria de todos.

Colaborando com esta concepção, Bellintani (2002, p.63), assevera que o Estado Novo se caracterizava por ser o “salvador da ordem, que libertou o Brasil das doutrinas e das interferências externas e o projetou para si mesmo, a fim de evitar o caos e a pobreza gerada pelo liberalismo.” Além de, claro, também livrar-se das ameaças internas, fenômeno que alguns historiadores chamaram de “depuração das elites<sup>11</sup>”.

E, como o Estado Novo e a Igreja Católica caminharam juntos em suas metas ideológicas, sobrevém a citação de Kater Filho: “A Salvação é, indubitavelmente, o grande produto que a Igreja Católica Apostólica Romana tem para oferecer aos seus fiéis” (Kater Filho, 1999, p.37). O historiador Artur Cesar Isaia, cujos livros são utilizados amplamente nesta pesquisa, disse que “é impossível estudarmos a revolução de 1930, a ascensão da ditadura getulista, a democracia populista e o regime militar, sem que se dê a devida atenção à Arquidiocese de Porto Alegre<sup>12</sup>”.

Na noite do dia 19 de novembro de 1937, Getúlio Vargas anunciou “uma nova fase política e a entrada em vigor de uma carta constitucional, elaborada por Francisco Campos” (FAUSTO, 2004, p.364). Assim se iniciava o período chamado Estado Novo no Brasil, através de um golpe, que só

---

<sup>11</sup> Pandolfi, Dulce Chaves. Grynszpan, Mário. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.9, 1997, p.7-23.

<sup>12</sup> Entrevista concedida ao Instituto Humanitas, da Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br>>.

(...) foi possível porque a classe média, aquele grupo social pequeno, mas importante, que manteria o equilíbrio em qualquer sistema de eleições livres, limitadas aos eleitores alfabetizados, estava confusa e dividida. Alguns eleitores da classe média permaneciam leais ao seu tradicional constitucionalismo liberal e depositavam suas esperanças em Armando de Salles Oliveira, na campanha de 1937. Outros perderam as esperanças no seu liberalismo e se voltaram para o radicalismo, quer de direita, quer de esquerda. Ao fazer isso, com efeito, eles admitiam que as fórmulas liberais não se aplicavam mais ao Brasil e, portanto, estavam preparados, mesmo inconscientemente, a aceitar com poucos protestos o tipo especial de autoritarismo que Vargas impôs subitamente em novembro de 1937. O golpe de novembro de 1937 fechou o sistema político. Com ele, todas as previsões de força eleitoral no pleito marcado para janeiro de 1938 tornavam-se acadêmicas (SKIDMORE, 1976, p. 51).

Nesta linha de análise vejamos o que diz Silva (1937):

*Em carta dirigida a Oswaldo Aranha, em dezembro de 1937, [Vargas] procurava explicar suas resoluções como tendo sido determinadas pelas necessidades do país, sem levar em consideração "princípios políticos ou idéias preconcebidas" e insistindo em que "... não nos podemos deter em filigranas doutrinárias, falsas noções de liberdades públicas e outras questões teóricas" (SILVA apud GARCIA, 2002, texto digital).*

Como podemos ver, o Estado Novo conjugou autoritarismo político e modernização econômica, sob um pano de fundo nacionalista e fascista, apesar de que alguns autores o vejam como um período totalmente sem ideologias, de acordo com pesquisa feita pelo autor já citado:

*Interpretações posteriores tendem, também, a subestimar o papel das idéias no período. João de Scantimburgo assegura, explicitamente, que o Estado Novo "não tinha ideologia" já que era o "regime do presidente, de 'Sua Majestade, o Presidente'". Thomas Skidmore, perfilando orientação semelhante, insiste em que se tratava de um regime "sem qualquer base ideológica consistente, fruto de uma criação altamente pessoal". Edgard Carone entende que a consolidação do sistema se faz "segundo as circunstâncias", de modo que "falta orientação única, ideológica e política" (GARCIA, 2002, texto digital).*

### 2.2.2.1 A Carta de 1937

Seguindo a evolução histórica, surge o Estado Novo (1937 – 1945), período em que é dada continuidade ao processo iniciado com a Revolução de 30. Fausto (2004) afirma que o Estado Novo não representou uma mudança radical com o passado do Brasil e que muitas das instituições e práticas já vinham

se delineando desde o período de 1930 a 1937. Apenas a partir de novembro de 1937 elas passaram a ter alguma coerência com o novo regime.

O Congresso foi cercado por tropas e dissolvido, assim também as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais. Vargas deu poderes a si mesmo para nomear interventores para as províncias, expedir decretos-lei em matérias de responsabilidade do governo federal – todas “disposições finais e transitórias”, prolongadas indefinidamente na sequência dos fatos.

O autor da Carta de 1937 foi o jurista Francisco Campos, Ministro da Justiça do novo regime - para quem a nova Constituição brasileira era o “remédio nacional contra as moléstias que assolavam o país” (CARONE *apud* SEITENFUS, 2000, p. 93) - com a aprovação prévia de Vargas e do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que veio a ser presidente do Brasil em 1945, logo após a queda de Vargas.

Sua essência autoritária e centralizadora colocava a Carta em pé de igualdade com os modelos fascistas que vigoravam na Europa, regulamentos que rompiam com a tradição liberal dos textos constitucionais anteriores a este que vigoraram no Brasil, à moda das cartas de países como os Estados Unidos e Inglaterra. Esta, brasileira, cujo conteúdo se baseava na despótica carta polonesa, recebeu o procedente epíteto de “A Polaca”.

O cientista brasileiro Miguel Nicolelis cunhou uma frase que reflete bem a tendência autocrática da “Polaca”: “Como é hábito entre nós, nunca tivemos um projeto de nação, mas projetos de poder...”.

E foi para garantir mais o poder do que a concepção de nação tão propalada pelo golpe e para defender o funcionamento do novo regime, que foram criados vários instrumentos de controle e repressão no decorrer desse processo histórico-político.

### **2. 3 O Estado Novo no Rio Grande do Sul**

O período chamado Estado Novo instalou-se no Rio Grande do Sul (RGS) antes do que no restante do país. O golpe que desencadeou esse regime aconteceu, em nível federal, a 10 de novembro de 1937. Aqui no Estado, ele se

deu em 17 de outubro desse ano, em virtude da renúncia e fuga de Flores da Cunha para o Uruguai (então interventor nomeado pelo governo federal), porque não concordava com as ideias de Getúlio. A situação que culminou com a ruptura entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas foi assim narrada por Rangel (2007, p.30):

*A situação de Flores da Cunha começou a ficar delicada devido a sua constante interferência nos trabalhos constituintes<sup>13</sup>, surgindo uma forte reação por parte dos paulistas, da FUG [Frente Única Gaúcha], de Góes Monteiro e de Osvaldo Aranha, o que levou Getúlio a sugerir o seu retorno ao Rio Grande do Sul, no fim de fevereiro de 1934. O interventor voltou contrariado ao seu estado, pois sabia do forte movimento golpista que setores ligados ao Exército e ao Clube 3 de Outubro estavam articulando em torno do general Góes Monteiro.*

Bellintani (2002, p.40) defende que “O episódio que agravou as desavenças entre Vargas e Flores foi a eleição para o cargo de governador do Rio de Janeiro, quando Flores apoiou a candidatura do general Barcelos na disputa contra o almirante Protógenes Guimarães, candidato de Getúlio.” E diz mais, corroborando a opinião de Rangel: “Flores procurava ultrapassar os limites do Rio Grande e tentava intervir na política de outros estados, provocando a ira de Vargas, que já possuía planos de instalar uma ditadura” (*Ibidem*). E, mais adiante Rangel (2007, p.31) escreve: “Portanto, a rivalidade entre Flores (empossado governador em 15 de abril de 1935) e Getúlio ultrapassava a simples hostilidade pessoal e refletia duas concepções conflitantes de pacto federativo”.

Então, em 1937, “Flores estava prestes a cair e com ele a Segunda República (1930-37)” (*Ibidem*, p.35). Flores da Cunha foi acusado pelo próprio Partido Republicano Federal (PRF) de trair o partido, de violar seus interesses, de desprezar suas normas disciplinares, de maltratar seus companheiros e de menosprezar as chefias municipais. Chegaram ao extremo de acusá-lo de aliciar desocupados e bandidos para seu exército particular, além de desviar recursos públicos para organizar uma guerra ilegal contra o governo federal e instalar o caos administrativo no RGS. Flores resistiu o quanto pode, inclusive com 14.000 homens armados, mas, para evitar uma guerra civil, decidiu renunciar.

---

<sup>13</sup> Flores da Cunha, por ser chefe da bancada do Partido Republicano Federal (PRF) na Assembleia Constituinte, combatia as manobras da oposição e se exibia publicamente como o grande responsável pela volta do país à ordem constitucional.

Rangel (*Ibidem*, p.37) fecha de forma poética o capítulo:

*Há momentos na história em que o tempo se acelera. Os atores perdem-se na convulsão dos acontecimentos e as convicções tornam-se palavras sem sentido. Assim foi a luta dos liberais brasileiros na década de 30 contra a ascensão triunfante do Estado sobre as organizações políticas da sociedade civil. A década infame – como foi denominada pelos vizinhos argentinos - testemunhou ditaduras por toda a América latina e levou ao extremo o embate dos governos centralizadores contra as instituições liberais (sufrágio, atuação parlamentar, equilíbrio entre os poderes, pluralidade política e rotatividade no poder). No Brasil encerrou-se com uma ditadura que só não foi brutal porque teve a intensa colaboração dos liberais brasileiros. “Federico Garcia Lorca talvez estivesse certo quando, na década de 30, escreveu: ‘não me perguntai nada, vi que as coisas quando seguem seu curso, encontram seu vazio...’”*

Com a saída de Flores da Cunha do cenário político do RGS, e de acordo com as regras vigentes à época, o governo foi assumido, provisoriamente, por Darcy Azambuja, que era secretário do Interior, até que a Assembleia Legislativa indicasse um novo nome para o cargo. O que aconteceu em 21 de outubro.

O novo interventor seria o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, comandante da 3ª Região Militar. Para o período que se vivia, era bom que fosse um militar, uma vez que, como justificativa para a sua nomeação, usava-se “a intensa subversão comunista no estado, a delicada situação decorrente das lutas partidárias regionais, a governação em caráter provisório do secretário do Interior, em meio a esse contexto delicado, e o perigo daí decorrente para a integridade do país” (GERTZ, 2005, p.18-19).

Daltro Filho também ocupou temporariamente a interventoria, pois ele próprio sugerira o nome de Joaquim Pedro Salgado Filho ao ser requisitada a sua volta ao quartel pela sua tropa. Além disso, sua saúde não estava bem, vindo a falecer em 19 de janeiro de 1938. Interinamente, assumiu o cargo Joaquim Maurício Cardoso, que também faleceu em maio desse ano, em um acidente de avião. Cardoso sofreu forte oposição, o que forçou, por parte de Vargas, a nomeação do coronel do Exército Oswaldo Cordeiro de Farias, que fora chefe do gabinete de Daltro Filho. Gertz diz que Farias “exercera o comando efetivo da região quando este [Daltro Filho] se tornava interventor, posição que o colocara no centro dos acontecimentos que haviam levado à deposição de Flores e à instauração da nova ordem” (*Ibidem*, p. 21).

Mais uma vez houve contrariedades quanto à escolha do novo interventor. Farias nunca havia exercido cargos políticos, sendo este o motivo pelo qual alguns homens de Estado se mostraram mais contrafeitos à sua escolha por parte do presidente da República. Segundo Gertz, Cordeiro de Farias, “ao tomar posse, em 4 de março de 1938, *iniciou-se o período mais típico do estado Novo no Rio Grande do Sul*, que se estendeu até 11 de setembro de 1943, com cerca de cinco anos e meio de duração. Nesta última data, Cordeiro deixou o governo sob a justificativa pública de participar da Força Expedicionária Brasileira, à qual efetivamente se incorporou” [grifo meu] (*Ibidem*, p.22).

Neste liame, Sandra Pesavento explica que as diferentes frações da burguesia nacional tiveram que abrir mão de suas pretensões ao poder em nome da “paz social”, da segurança e do progresso econômico, os interesses coletivos da nação, que legitimaram o regime autoritário. Na sequência, ela diz que a elite dirigente, apoiada pelo exército, promoveu o golpe, tentando, assim, manter o capitalismo no Brasil. E o RGS tentou canalizar para si esses interesses econômicos da burguesia nacional, pois para o estado, essa passagem do modelo agroexportador para o da industrialização significava seu comprometimento com o novo padrão de acumulação que já vigorava no centro do país, com o café. “A instalação do Estado Novo não provocou alterações fundamentais na estrutura econômica do estado. O Rio Grande continuou na sua posição tradicional de fornecedor de gêneros agropecuários para o mercado nacional” (PESAVENTO, 1997, p.115).

Tal como no resto do país, o Rio Grande teve que se ajustar às medidas decretadas pelo Executivo central, para desmanchar o esquema político que vigorava, extinguir costumes locais e regionalistas e incrementar o processo de centralização do poder. Providências extremas foram tomadas, como a extinção dos partidos, a queima de bandeiras, hinos e qualquer símbolo regional, sendo transferidos para os limites federais muitos dos poderes municipais e estaduais. Os impostos mais substanciais iam direto para as instâncias federais, o que ocasionou uma maior dependência dos estados em termos financeiros.

Para administrar os estados eram nomeados interventores. Para os gaúchos, foi nomeado Cordeiro de Farias, como vimos anteriormente, que tratou

logo de provocar um movimento desabonador do caráter de Flores da Cunha. Entre as acusações constavam enriquecimento ilícito e assassinatos de políticos, o que culminou com sua prisão ao retornar ao estado, em 1943.

Cordeiro de Farias, como assegura Gertz (2005, p.22), apesar do “caráter napoleônico de sua posse, parece não ter tido grande tino político-administrativo para impor-se de forma incisiva, desde o início. (...) foi uma decepção. Um homem inexperiente, sem dimensão do cargo”. Considerando-se que estava sob o controle direto do presidente Getúlio, através de seus irmãos Protásio e Viriato Vargas, além das limitações impostas pelas vicissitudes partidárias, e da vigilância protocolar do Departamento/Conselho Administrativo de Estado (DAE/CAE)<sup>14</sup>, Farias conseguiu realizar algumas reformas no campo educacional, aumentando o número de professores e de escolas.

Isto lhe rendeu um elogio por parte de Viriato Vargas em seu relatório ao irmão-presidente: “A avaliação foi positiva. Estaria fazendo esforço para que a administração estadual não ficasse nas mãos de qualquer grupo político-partidário em particular. Estaria reorganizando o Tribunal de Contas (...) estava organizando uma campanha de rádio em favor do Estado Novo e, nesse contexto, afirmou que gostava de trabalhar, ‘mas na penumbra” (GERTZ, 2005, p.25). Numa carta mandada alguns dias depois para Getúlio, Protásio novamente elogiava o interventor: dizia que “os problemas que enfrentava decorreriam do partidarismo dos políticos (...) e que Cordeiro e sua esposa tinham ido veraneiar em Iraí” (*Ibidem*, p.26).

Mas, nem tudo eram flores na administração do estado. O general Vazulmiro Dutra, que era da oposição, também fez um relatório à Presidência, onde disse estar se dando muito bem com o interventor e que a administração pública estava em situação caótica. Para piorar sua situação, Pedro Vergara, renomado político, veio ao estado, onde responsabilizou Farias por não apoiar a causa nacionalista e por ter se declarando totalmente apolítico “concentrando seus esforços e suas energias quase que exclusivamente nas questões ‘etnográfico-internacionalistas: reação contra o germanismo local, na expectativa

---

<sup>14</sup> O DAE/CAE foi criado por Vargas em abril de 1939 para substituir as Assembleias Legislativas, nos diferentes estados.

de acontecimentos futuros de ordem externa” (*Ibidem*, p.28), questão que se verá com profundidade no segundo capítulo deste trabalho.

Um indivíduo notável como Cordeiro de Farias, que governou o estado durante cinco dos oito anos que durou o Estado Novo, não tem tanto destaque na memória gaúcha, de acordo com Gertz. Para este historiador, quem é mais lembrado por seus feitos, é José Loureiro da Silva, prefeito-interventor de Porto Alegre, que seria, coincidentemente, descendente direto do fundador de Porto Alegre, Jerônimo de Ornellas. Advogado loquaz e de boas falas, sua importância se deve à modernização da capital do estado, principalmente em obras de infraestrutura e desenvolvimento social. “(...) não há dúvida de que sua popularidade como administrador da capital foi muito maior que a de Cordeiro de Farias no governo do estado (...)” (*Ibidem*, p. 33).

De qualquer forma, sua saída de cena se deu por uma vontade imensa de ir à guerra, mas sua caça aos “quistos étnicos” pode ter “acelerado” sua desistência. Para substituí-lo, Getúlio nomeou Ernesto Dornelles, seu primo. Embora fosse militar e não tivesse vínculos políticos com o RGS, pareceu a todos que ele vinha para pôr fim aos abusos cometidos por Cordeiro de Farias, pois com ele viria uma onda de liberalização, traduzida por um retorno ao sistema partidário e um aumento no campo cultural e intelectual. Sua posse se deu simultaneamente ao início da redemocratização do país.

No RGS, três nomes representaram as forças antivarguistas: Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Raul Pilla, que usava a imprensa para apoiar a democracia; integrou-se à Comissão de Orientação Política encarregada de elaborar os estatutos da UDN (União Democrática Nacional).

Havendo um ar de democracia no horizonte, poder-se-ia pensar em novas eleições. Esperança de renovação do quadro político; manifestações estudantis de influência russa; fundação de associações culturais e literárias; discussão de problemas sociais com figuras eminentes do governo; protestos contra a carestia dos alimentos; eclosão de greves; tudo isso sinalizava avanços no andamento da

“descompressão<sup>15</sup>”: “No Rio Grande do Sul se sentia um clima de derrotismo em relação ao Estado Novo” (*Ibidem*, p.39).

### 2.3.1 A economia

Contemplando fatores adversos como a grande enchente de 1941, a grande seca de 1942, a política econômica varguista e a Segunda Guerra Mundial, ao se analisar o quadro econômico do RGS durante a vigência do Estado Novo, os historiadores não são unânimes em descrever suas causas e efeitos. Vejamos o que dizem alguns deles.

Segundo René Gertz (2005, p.41-42), Pedro Silveira Bandeira diz que o quadro geral da economia gaúcha apresentou uma tendência decadente no período; Sandra Pesavento diz que a tendência industrializante não se verificou no estado, mas que foi o supridor de alimentos para o restante do país, de modo que só as “indústrias naturais” tiveram algum incremento, até a Segunda Guerra Mundial; José Antonio Fialho Alonso disse que, excetuando-se a microrregião da Lagoa Mirim, todas as outras regiões ficaram estagnadas; Ronaldo Herrlein Junior teria dito que na agricultura havia fortes indicações de que a produtividade da lavoura colonial havia se esgotado e que isso significaria que nem a indústria, nem a agropecuária experimentaram mudanças qualitativas e quantitativas positivas.

Ainda conforme Gertz (*Ibidem*, p.44), outros autores, como Carlo Cortés, fala em “euforia econômica” em produtos exportados pelo estado; já, de acordo com Ani Maria Schiphorst Haas, a indústria teve um impulso significativo no período, justamente entre 1937 e 1946.

O próprio Gertz afirma que os números apresentados por Haas atestam que houve um crescimento industrial intenso durante o Estado Novo e que também a produtividade da indústria gaúcha teve uma variação muito acentuada. E mais: que o fator dominante desse aumento da produtividade teria sido a mão-de-obra, considerando-se que se estava em um momento de aprofundamento da

---

<sup>15</sup> Termo usado por René Gertz

legislação trabalhista por parte do governo federal. Ou seja, esse progresso estaria vindo de uma modernização do processo de produção.

Ainda como presidente do estado (1928-30), Vargas estimulou a produção de arroz e de trigo, dando início a uma lavoura mecanizada, o que continuou fazendo ao chegar à presidência da república, diz o sociólogo e geógrafo Fontoura (2007, p.117). Segundo este autor, Getúlio estimulou a associação de produtores, a começar pelo surgimento da FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul). “Dos anos 1930 aos 60, o cultivo de trigo e arroz se expandiu estimulado pelo incentivo estatal, mas ainda predominava uma agricultura diversificada nas demais áreas não ocupadas pela pecuária bovina de corte” (FONTOURA, 2007, p.128).

O mesmo autor escreve que “o período da II Guerra Mundial retardou o desenvolvimento da atividade de frigorificação da carne (...). Quando do término do conflito e o aumento da demanda de uma carne mais refinada ao consumo urbano, essa atividade retomou seu vigor diferenciando os produtores quanto ao manejo do rebanho e dos campos” (*Ibidem*, p.119).

René Gertz (2005, p. 55-56) afirma ter havido bastante empenho estatal para o aperfeiçoamento dos rebanhos (controle de zoonoses etc.). Quanto à industrialização dos produtos pecuários, ele conta que Cordeiro de Farias queixava-se do monopólio exercido pelos frigoríficos Swift e Armour (empresas norte-americanas instaladas em Santana do Livramento), pois estavam prejudicando o setor.

As lavouras do milho e da soja foram introduzidas ao mesmo tempo no RGS, a partir da década de 1940. “Por causa da guerra, houve mudanças nos hábitos alimentares nos Estados Unidos e na Europa, principalmente com a troca de consumo de óleo animal por vegetal, o que provocou o aumento das lavouras dessa leguminosa no estado, nesse período” (FONTOURA, 2007, p.131).

Juntamente com a chegada dos colonos italianos veio o cultivo da uva e a produção de vinho, no século XIX. Então, a partir dos anos 1930, o vinho produzido aqui começou a ser levado em barris para Santa Catarina, São Paulo e Porto Alegre, havendo uma produção em escala comercial, escreve Fontoura.

No fim deste artigo, esse autor escreve que “No período de 1930 a 85, a lavoura e a pecuária passaram pela experiência do projeto de modernização, modelo que procurou vincular a produção agrícola à expansão do capitalismo industrial no campo” (*Ibidem*, p.136).

A característica primordial do comércio gaúcho, tanto varejista como atacadista, escreve Herrlein Junior,

*(...) caracterizou-se por comercializar os produtos agrícolas oriundos das colônias, os produtos fabricados pela incipiente indústria regional ou nacional de bens de consumo ou os produtos importados através dos portos de Porto Alegre e Rio Grande. O comércio varejista era feito, sobretudo, nos pequenos estabelecimentos comerciais, denominados ‘armazéns’ ou ‘vendas’, situados nas pequenas cidades e vilas do interior e abastecidos diretamente pelos colonos ou pelos caixeiros-viajantes, que dispunham de produtos importados fornecidos pelo comércio atacadista da capital e da cidade portuária de Rio Grande (HERRLEIN JUNIOR, 2007, p.139).*

O pesquisador acima mostra que o setor comercial contribuiu para o crescimento populacional das cidades grandes, como Porto Alegre, e para o desenvolvimento dos serviços urbanos, como água, telefonia e transporte fluvial nos rios Jacuí, Sinos e Taquari. A indústria gaúcha surgiu vinculada ao setor primário; também substituiu importações e a produção artesanal preexistente, voltando-se aos mercados rural e urbano.

Nesta seara, ele continua: “o desenvolvimento industrial e comercial do RGS até a década de 1930 não teria alcançado o nível que alcançou sem as políticas públicas de povoamento, do combate do contrabando, da extensão e melhoria dos transportes (portos e ferrovias), de incentivos fiscais à indústria e também sem o aporte financeiro e tecnológico do capital externo aplicado nos portos e ferrovias” (*Ibidem*, p.141). Porém Gertz (2005, p.50) afirma que a “tensão política entre Cordeiro de Farias e outras autoridades, com suas preocupações ‘etnográfico-internacionalistas’, de um lado, e grande parte do empresariado constituído de descendentes de alemães e italianos, do outro, também não foi exatamente favorável para a expansão industrial nesses anos”.

A “perseguição” aos imigrantes europeus desencadeada pela Campanha de Nacionalização de Vargas, de certa forma, atrasou o desenvolvimento econômico do estado: “(...) entre os ‘sociólogos’, havia, até, prevenção contra a industrialização gaúcha, por se temer que escondessem em seu bojo

maquinações imperialistas, já que capitaneada, em grande parte, por ‘alienígenas’ (*Ibidem*, p.51).

Para que houvesse a ampliação do mercado interno regional, foi imprescindível o papel da urbanização, uma vez que a população urbana cresceu mais do que a total, de acordo com Herrlein Junior, apesar de que “as bases do crescimento econômico do estado consistiram na manutenção de seu papel exportador agropecuário e agroindustrial para o mercado interno brasileiro” (HERRLEIN JUNIOR, 2007, p.143). Concluindo, Gertz diz que a indústria não pôde experimentar um desenvolvimento mais sistemático e mais intenso, apesar das medidas para incentivá-la e, sendo assim, a pecuária continuava sendo o setor considerado mais importante e mais favorecido da economia gaúcha por iniciativas governamentais.

Herrlein Junior assevera que, a partir de 1930, a expansão da população rural favoreceu a formação de minifúndios e a migração rural-urbana pressionou o mercado de trabalho nas cidades. “O latifúndio permaneceu consolidado ao sul do estado, sem que a pecuária extensiva alterasse seu padrão produtivo e ainda sem possibilitar utilização mais intensa e produtiva das terras” (*Ibidem*, p. 147). Ele aponta mais problemas que afetaram a economia gaúcha nos anos 30 e 40 em diante, como a pouca aplicação da poupança em investimentos produtivos, a carência de energia elétrica e a fragmentação do capital industrial.

Estradas e vias de transportes em geral eram necessários para dar escoamento à produção. O comércio certamente também fez esse segmento se acentuar. A partir do início dos anos 30 começou a aumentar a importação de automóveis e caminhões e as estradas não estavam adaptadas à demanda que crescia. Em 1938 foi elaborado o Plano Rodoviário Estadual para contemplar esta falta, um continuador do Plano Geral de Viação, de 1934. Assim, também foi melhorada a estrutura portuária em Porto Alegre. Em 1958 foi construída a ponte sobre o rio Guaíba.

Conseqüentemente, segundo Ueda,

*A formação das redes técnicas, em especial as de telecomunicações, foram as que mais evoluíram ao longo da história. Deve-se lembrar que a ampliação das redes de transporte (rodovias e ferrovias) foi fundamental ao desenvolvimento econômico do estado. Isso só foi possível graças aos*

*investimentos realizados na construção e ampliação das ferrovias, num primeiro momento, e das rodovias, posteriormente. Com as inovações tecnológicas e o avanço das técnicas, ampliaram-se os sistemas de telecomunicações e dos meios de transporte (trens e bondes), que, aliados à distribuição de energia elétrica, permitiram que as pessoas se comunicassem e se relacionassem quase instantaneamente (UEDA, 2007, p.169).*

A autora conclui assim seu artigo: “No Rio Grande do Sul, a implantação e difusão das redes técnicas atenderam à demanda de um estado que se modernizava e aos diferentes agentes econômicos, políticos e sociais, que atuaram de acordo com seus interesses” (UEDA, 2007, p.191).

Ao mesmo tempo, Gertz, ao examinar os dados econômicos desse período, diz que “a economia gaúcha saiu estruturalmente enfraquecida da Segunda Guerra e do regime estado-novista, apesar de eventuais expressões de otimismo de parte dos detentores do poder” (GERTZ, 2005, p.61).

### **2.3.2 A administração e a sociedade**

Para efeitos administrativos, não só no estado do RGS, como no resto do país, há que se entender que, a partir da “Polaca”, os poderes legislativos foram extintos e que o Poder Executivo passou a ser exercido por interventores estaduais nomeados pelo presidente da República e, nos municípios, por interventores nomeados pelos interventores estaduais. Todos eles prestavam contas, direta ou indiretamente, ao presidente Vargas. “O Poder Legislativo era esfacelado no País com a cassação dos mandatos dos deputados federais, estaduais, prefeitos e senadores” (FALEIRO, 2005, p.47).

Houve, a partir de 1939, uma espécie de estatuto que regia os estados e municípios, um decreto-lei, que igualmente fazia às vezes de lei orgânica para os municípios. O decreto era claro no que concerne a quem administrava: o Executivo, em primeiro lugar; o Departamento Administrativo de Estado, o DAE, que, posteriormente foi chamado de CAE (Conselho Administrativo de Estado), aos quais poderia ser reputada a incumbência de Assembleias Legislativas, que, como dissemos, foram extintas pela Carta de 1937. Da equipe que formava esses conselhos, constaram nomes como Alberto Pasqualini e Moysés Vellinho, quase todos “militantes partidários das diversas orientações que caracterizavam a

política gaúcha antes de 1937 e, portanto, não refletiu a presença de indivíduos alçados ao poder com a interventoria de Cordeiro de Farias” (GERTZ, 2005, p.66).

Gertz (*Ibidem*, p.67) destaca que dificilmente estes membros do DAE/CAE emitiam opiniões políticas; limitavam-se a preocupações estritamente administrativas e técnicas. Porém, com a atitude de Cordeiro de Farias frente à situação “etnográfico-internacionalista”, a famosa tese do “perigo alemão”, Alberto Pasqualini e Gaston Englert defenderam os cidadãos de origem alemã e italiana no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra.

Uma característica desse período, em matéria de movimentos de trabalhadores, foram os Círculos Operários, ligados à Igreja Católica. Foram fundados em Pelotas, em 1932 e chegaram ao número de 22 no estado, em 1937, com 18.000 associados (DIEHL, *apud* GERTZ, 2005, p.85), o que demonstra que a orientação católica era muito forte entre o operariado no período estudado. Este assunto será tratado mais intensamente no segundo capítulo deste trabalho.

Certamente, houve manifestações trabalhistas no RGS, como por exemplo, em 1943, a manifestação contra os baixos salários; em 1944, houve uma paralisação no tráfego ferroviário (bondes), sob a interventoria de Ernesto Dornelles, além de greves em fábricas.

Houve insatisfações nas faculdades de medicina e direito quando o Estado Novo foi implantado, pois os professores não podiam mais acumular cargos nos níveis federal, estadual e municipal, havendo alguns relatos de prisões, boicotes a desfiles cívicos e discursos acalorados. Como quer Gertz: “Esses acontecimentos sugerem que entre os juristas gaúchos aconteceu algo que parece ter sido característico em outros estados também: uma categoria na qual havia percentual significativo de pessoas que defenderam posturas liberais frente ao estado autoritário estado-novista, defendendo o estado democrático de direito” (GERTZ, 2005, p.89).

### 2.3.3 A cultura, a educação e a saúde

A partir de 1931, quando Flores da Cunha assumiu o governo do estado, várias medidas foram tomadas a fim de organizar a educação, através de secretarias, diretorias, superintendências e conselhos para fixar as normas que resolveriam os problemas educacionais. Mesmo assim, “deve-se destacar que já se observava um crescendo na preocupação e nos investimentos nesse setor [educação sul-rio-grandense] desde 1930” (GERTZ, 2005, p.95).

Tomaram-se providências para regulamentar a carreira do magistério, novos critérios para o provimento de vagas, a ampliação da rede pública de escolas, quase havendo a triplicação do número de professores e escolas. Flores da Cunha criou, em 1934, a Universidade de Porto Alegre (UPA) completando com o envio ao Uruguai, para aperfeiçoamento, um grupo de professores gaúchos.

Em 1935, foi criada uma secretaria especial, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, cujo titular foi Othelo Rosa. Quando o Estado Novo foi implantado e Daltro Filho assumiu o governo do RGS, nomeou como Secretário da Educação e Saúde, José Pereira Coelho de Souza, que desempenhou um papel importante na esfera educacional.

Independentemente de fazer-se juízo das motivações da Campanha de Nacionalização, ela, com certeza, foi capaz de motivar tanto a economia como a cultura do estado e, segundo alguns autores, “a ação das autoridades governamentais abrangeu dois níveis: o educativo e o repressivo” (TAMBARA; QUADROS; BASTOS, 2005, p.320). Como prova dessa “motivação”, “Cordeiro de Farias denota claramente o caráter propositivo do governo estadual em competir diretamente com a iniciativa privada na área do ensino primário ao instalar escolas em núcleos até então de domínio exclusivamente privado” (*Ibidem*, p.320).

René Gertz escreve que havia certa diligência para que a educação fosse científica, havendo direcionamento para a fundamentação teórica e filosófica do processo educacional: “Na época, existiam no Brasil duas correntes pedagógicas básicas: uma defendia a educação ‘tradicional’, a outra propugnava a ‘escola

nova<sup>16</sup>. Coelho de Souza parece nunca ter-se definido claramente por uma ou por outra dessas correntes – ele só foi intransigentemente claro e inflexível na questão da ‘nacionalização’ (GERTZ, 2005, p.101).

Para ilustrar como estava o campo educacional no RGS, no período do Estado Novo, vejamos o que diz Faleiro:

*A orientação oficial básica era de que, nas escolas, tudo deveria ser feito para contribuir com a “grande obra da nacionalização”. O impacto das modificações acabaria sendo colossal nas escolas do Rio Grande do Sul. Em nível de Brasil, alguns avanços haviam ocorrido na área educacional no transcurso da chamada primeira república, mas não havia um sistema (nacional) articulado de ensino. O caso do Rio Grande do Sul foi singular, visto que a hegemonia exercida pelo Partido Republicano durante todo o período (da república Velha), não abraçando a causa do ensino público massivo, deixara brechas suficientes para que continuasse a ser constituída uma rede escolar com características específicas, tanto nas comunidades teuto quanto ítalo-rio-grandenses. Isso desapareceria, à medida que o Estado brasileiro articulava a criação de um sistema nacional de ensino. No rasto de alterações, houve medidas como a criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação nos estados. E sucessivos Decretos de Nacionalização prescreviam o que deveria ser feito nas escolas, estabelecendo condutas e normas. Decorrente, surgiriam, por todos os meios possíveis, atividades de controle, supervisão e fiscalização, numa burocratização e rigidez sem precedentes na História da educação, no Brasil (FALEIRO, 2005, p.47-48).*

De acordo com esta professora, “os educandários deveriam encontrar meios para se manterem ativos no cenário que vinha sendo delineado, onde não tinham mais espaço as liberdades possíveis no transcurso das décadas anteriores a 1930” (FALEIRO, 2005, p.48).

As medidas de nacionalização no estado contemplavam duas abordagens. Uma realizava incursões no estado para a realização de atos cívicos: desfiles e comemorações e o acolhimento de meninos descendentes de imigrantes para conhecerem a capital e o Palácio do Governo, os “coloninhos”, os desfiles com demonstração de educação física, como a “Parada da Mocidade”, ou a Parada da Pátria”. A outra era mais específica da área escolar: fiscais visitavam as escolas particulares exigindo sua nacionalização e registro. Eram os “inspetores de ensino”.

---

<sup>16</sup> O movimento chamado Escola Nova surgiu na década de 1920, no Brasil, mas ganhou impulso na década de 1930. Defendia a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os seus participantes, destacavam-se Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes.

Nesse período, seguramente, foi dada ênfase apenas ao ensino primário. O governo gaúcho quase não investiu no ensino secundário. Havia somente duas escolas públicas com esse nível de ensino (o Ginásio Júlio de Castilhos e o Ginásio Pelotense). “As escolas secundárias gaúchas estavam quase todas ligadas e eram mantidas por instituições, em especial instituições religiosas<sup>17</sup>, e assim permaneceram, desde que atendessem aos ditames legais (como a ‘nacionalização’ e outros)” (GERTZ, 2005, p.105).

Mais adiante, este autor afirma: “(...) uma outra parcela muito significativa da intelectualidade do Rio Grande do Sul estava profundamente influenciada pelo pensamento católico e era militante confessional (...). Tanto o clero como os leigos católicos podiam até cultivar algum tipo de restrição ao regime, mas, de fato, o apoiavam de forma enfática e, se estivessem dispostos a ultrapassá-lo, isso ocorreria pela ‘direita’, e não pela ‘esquerda” (GERTZ, 2005, p. 119).

Tambara, Quadros e Bastos (2005, p.323-324) sintetizam bem o momento estadonovista no RGS, quando escrevem que

*A reforma educacional promovida no estado deve ser vista, também, como uma interseção das relações entre conhecimento, instituições e poder. Envolveu variadas instituições (governo, igreja, partidos políticos, imprensa, escolas, comunidades), que se entrelaçaram como fios do tecido da reforma. Foi resultado de uma conjunção de elementos (nacionalização do ensino, Estado Novo, crescimento populacional, circulação de discursos pedagógicos, participação de intelectuais), e não de uma evolução ou necessidade. A partir dessa, mais do que antes, instaurou-se o reconhecimento e a supervisão direta do sistema educativo pelo Estado, bem como se abriu espaço a uma organização social e epistemológica das escolas na produção de uma disciplina moral, cultural e social da população. Com isso, a reforma educacional, além de transmitir informações, buscou instaurar novas práticas; constituir-se como ponto estratégico à promoção da modernização das instituições; como um mecanismo para alcançar o ressurgimento econômico e a transformação cultural e, sobretudo, como parte do processo de regulação social.*

No ramo da saúde pública, Cordeiro de Farias também fez frutificar: instalou 75 postos de higiene no interior do estado, três Centros de Saúde em Porto Alegre, um em Pelotas e um em Rio Grande. Fez propaganda sanitária para a higiene escolar, para a fiscalização de alimentos, para a epidemiologia, para os

---

<sup>17</sup> Como se sabe, a Igreja Católica e a Evangélica Luterana tiveram um papel preponderante no campo educacional. Em Lajeado, palco do segundo capítulo deste trabalho, também se constatou essa realidade.

serviços pré-natais e dentários. Médicos estrangeiros precisaram renovar seus diplomas obtidos no exterior para que pudessem continuar clinicando.

O Estado Novo fez o seu “trabalho” no sentido de apregoar e garantir a eugenia - a exemplo de outros regimes totalitários “adotados” pelo governo varguista. Como exemplo, cite-se a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, que caracterizava uma invasão da individualidade dos cidadãos. Não chegou a ser instituída essa lei<sup>18</sup>, o que, para Gertz (2005, p.111), pode ter sido um sintoma de que o Estado Novo, no RGS, ao menos, não tenha tido caráter totalitário, mas apenas autoritário.

Dentro dessa orientação de raça eugênica, um fato curioso se deu no Brasil: uma instituição bancária centenária como a Caixa Econômica Federal premiava com uma Caderneta de Poupança os bebês mais robustos, submetidos à avaliação de uma junta médica. “Dizia-se que nesses certames havia ‘rigorosa seleção’ dos **produtos** e que eles eram ‘necessários à eugenia da raça’; no fundo, quem era premiado não eram tanto os rebentos, mas as mães, pelos filhos sadios e vigorosos que tinham gerado para a pátria” [grifo meu] (GERTZ, 2005, p.112).

Destarte, houve na época uma expansão extraordinária da propaganda governamental. Para que isso ocorresse, era necessário fazer circular grande volume e variedade de material divulgador como revistas, jornais, programas de rádio, veiculação de filmes, tudo usado como arma para a legitimação do regime.

*Pari passu*, a arte no RGS, também sofreu influências da ideologia estadonovista. “No Rio Grande do Sul, a crítica de arte e alguns artistas condicionaram o seu olhar a essas ideologias, as quais fundamentavam os seus discursos e manifestos, em defesa do caráter tradicional da arte ou pró-modernista, não sendo os mesmos isentos de partidarismos. Deve-se ter em vista que um grande número de artistas era europeu ou descendente e que entre estes havia simpatizantes de ideias nacionalistas” (KERN, 2005, p.464).

---

<sup>18</sup> Mesmo assim, as joalherias onde eram compradas as alianças eram obrigadas a comunicar ao governo os nomes e endereços dos compradores, para que posteriormente houvesse um “convencimento” para a execução dos exames pré-nupciais. Em caso positivo, o candidato era instado a desistir do casamento em nome da saúde pública.

O historiador René Gertz (2005, p.115) defende que os intelectuais gaúchos, na sua maioria, não se opuseram àqueles que controlavam o governo regional. Os poucos que fizeram isso, foram embora do estado, como foi o caso do teatrólogo Álvaro Moreira, que, em 1937, teve suspensas subvenções oficiais para as suas atividades artísticas e que chegou a ser preso por “subversão”.

Outro caso foi o de Vianna Moog, que era simpático a Flores da Cunha, que, por sua vez, era inimigo de Getúlio. Mas o mesmo autor alerta que, em alguns casos, esses intelectuais não deixavam de ocupar seus cargos públicos, apesar de proclamar sua inconformidade com a decretação do Estado Novo. “(...) os intelectuais gaúchos podiam manifestar um certo indiferentismo político ou até uma certa aversão ao regime distante, no Rio de Janeiro, sem que isso significasse uma oposição ou até uma luta concreta contra os detentores do poder estadual, que se encontravam próximos deles” (GERTZ, 2005, p.117).

Alguns escritores se definiram como não adesistas ao regime: Dyonélio Machado (dirigente da ANL no RGS), Raul Pilla - que chegou a ter o seu mandato cassado com a instituição do Estado Novo - e Cyro Martins. Érico Veríssimo era um caso à parte, que, a exemplo de Osvaldo Aranha, simpatizante cativo dos Estados Unidos, foi a favor do Estado Novo, mesmo que tenha feito eventuais restrições a ele.

Curiosamente, Erico Veríssimo e Dyonélio Machado, ambos gaúchos e antifascistas, dividiram, em 1935, o Prêmio Nacional de Literatura Machado de Assis. O primeiro, com o romance *Música ao Longe* e o segundo, com *Os Ratos*<sup>19</sup>.

Assim sendo, “tudo indica que o regime não constituiu elemento inibidor de uma palpitante e ecumênica vida literária durante o Estado Novo, sobretudo em Porto Alegre...” (GERTZ, 2005, p.137).

---

<sup>19</sup> Informação obtida na *História Ilustrada do Rio Grande do Sul*, Coordenação de Elmar Bones da Costa, Ricardo Fonseca e Ricardo Schmitt. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004, p.264.

Sobre o regime estadonovista, tanto no RGS, como no resto do Brasil, podemos sintetizar o que significou com as palavras da historiadora Maria Lúcia Bastos Kern:

*Apesar de o Estado Novo terminar com o partidarismo, na realidade, não conseguiu pôr fim a uma série de movimentos políticos, estimulados por organizações extremistas de direita e de esquerda, geradas em parte pela crise internacional e pelo descrédito no liberalismo. No período, foram preservadas as ideologias integralista e comunista, após o esfacelamento das respectivas entidades políticas. Difundiram-se o fascismo e o nazismo, os quais penetraram principalmente nas regiões de colonização italiana e alemã. Além das vertentes nacionalistas, destacaram-se os intelectuais católicos que militavam em prol da manutenção da moral rígida e dos princípios cristãos, pois temiam que a modernidade conduzisse à desintegração dos costumes (KERN, 2005, p.464).*

Portanto, uma vez que até aqui se estabelece o tempo e o espaço que são a matéria deste trabalho, podemos passar ao capítulo seguinte, onde se verá, através dos livros-diários dos padres, como se desenrolaram os fatos do mundo, do Brasil e do RGS na comunidade de Lajeado. Assim sendo, faremos o inverso: de longe e de fora, agora direcionaremos os holofotes da história do mundo para a nossa região – para dentro do nosso lugar e para perto de nós.

### **3 DE PERTO E DE DENTRO, O TEMPO QUE CHEGOU AQUI: PADRES HISTORIADORES TECENDO A HERANÇA PATRIMONIAL DA VILA DE LAJEADO**

A Era Vargas (1930-1945) e, particularmente, o Estado Novo (1937-1945), foi um período cheio de intercorrências e contingências políticas, sociais, culturais e econômicas que trouxeram acontecimentos especiais em todo o país, porquanto ter sido um regime despótico. Porém, as consequências no Rio Grande do Sul (RGS) tiveram características *sui generis*, se considerarmos a “brasilianização” da zona de imigração alemã, o que ocasionou muitas atitudes arbitrárias por parte das autoridades, mesmo havendo, por vezes, a intercessão dos dirigentes das igrejas, tanto católica, como luterana.

Este capítulo se propõe a relatar como esta “brasilianização” e as demais imposições deste período caudilhista se deram na região do Vale do Taquari, com ênfase na cidade de Lajeado e, com mais destaque ainda, à comunidade católica, uma vez que veremos como os padres trataram as questões estadonovistas a partir dos seus relatos nos Livros de Tombo da Paróquia Santo Inácio de Loyola.

Através de uma análise simplificada desse acervo - e a partir das anotações feitas quase que diariamente pelos padres responsáveis por registrar as atividades atinentes ao seu cargo na paróquia - pode-se perceber nitidamente a evolução dos costumes, as mudanças estabelecidas pela

Arquidiocese de Porto Alegre e, posteriormente, pela Diocese de Santa Cruz do Sul, estimuladas pelo próprio Vaticano.

Este capítulo se propõe também a comentar as diversas anotações feitas pelos padres nos livros de tombo<sup>1</sup>, copiando-as *ipsis litteris* para manter a fidelidade do texto e sua relação com a contextualização do período feita no segundo capítulo desta pesquisa.

Uso as palavras de Isaia (1998, p. 190) para defender a tessitura proposta para os dois capítulos – as conjunturas internacional e nacional, e o Estado Novo no Brasil e no RGS, tudo imbricado com os textos dos padres: “A coexistência do posicionamento político da Arquidiocese com as propostas totalitárias contemporâneas deu-se em sintonia com a conjuntura internacional e com o magistério dos papas”. Esta asserção serve também para a conjuntura nacional, obviamente.

O capítulo é dividido em três partes, assim dispostas: histórico da Paróquia Santo Inácio, de Lajeado; perfil pessoal e ministerial do Arcebispo D. João Becker e a sua postura e engajamento diante da realidade política que viveu; contextura entre explanação histórica feita no Capítulo 2 e as anotações dos párocos nos livros de tombo. Marcadamente, a terceira parte está desdobrada em subcapítulos para melhor compreensão do que é enunciado como objetivo na introdução deste trabalho.

### 3.1. A Paróquia Santo Inácio de Lajeado<sup>2</sup>

Em 27 de maio de 1882 o governo provincial, atendendo aos pedidos dos moradores da Vila de Lajeado<sup>3</sup>, criou a Freguesia de Santo Inácio, pela Lei

---

<sup>1</sup> A designação “livros de tombo” provém do Direito Português, onde a palavra *tombar* tem o sentido de registrar, inventariar ou inscrever bens nos arquivos do Reino de Portugal, de acordo com o site < <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Esta designação também é usada por Assunção (2003).

<sup>2</sup> Informações obtidas no livro “Grão de Mostarda” do professor José Alfredo Schierholt.

<sup>3</sup> Em 20 de dezembro de 1939, a Vila de Lajeado foi elevada à categoria de cidade, justamente durante a vigência do Estado Novo. “O Presidente Getúlio Vargas determinou que todas as sedes municipais fossem automaticamente elevadas à categoria de cidade. Para que surtisse efeito este decreto, coube a cada sede municipal organizar a solenidade da instalação da cidade, em ato público, na presença do juiz de direito, prefeito municipal, autoridades e público em geral, o que em Lajeado aconteceu no domingo de 1-1-1939. Esta é a razão da inclusão deste ano na Bandeira e Brasão municipais. A denominação de vila ficou para as sedes

número 1341 e, em 31 de julho do mesmo ano, Dom Sebastião Dias de Laranjeiras criou canonicamente a Paróquia de Santo Inácio (Santo Inácio era o santo padroeiro da Fazenda dos Conventos, primeira denominação de Lajeado), nomeando o padre Eugênio Steinhart seu administrador. Esta paróquia foi erguida nas terras doadas por Antonio Fialho de Vargas, fazendeiro latifundiário da região.

Inicialmente a paróquia era administrada pelos padres jesuítas, mas, em 22 de janeiro de 1922, o clero secular a assumiu e assim permanece até hoje. A primeira capela havia sido construída em 1879 e a primeira igreja foi erguida em junho de 1901 que, nas palavras de Schierholt (1997, p.148) era “uma nova igreja para um novo século!”. Os sinos maiores vieram da Alemanha em dezembro de 1926 – que, aliás, sobreviveram ao incêndio de 1953 - e todos têm nomes cunhados no bronze em letras góticas<sup>4</sup>: o central e maior, *Ignatius* e os laterais, menores, *Cäcilia* e *Canisius*.

Especula-se que a origem do incêndio tenha sido criminoso, porém o mistério nunca foi elucidado pelo delegado Adão Massena Vieira<sup>5</sup>. No Tombo III vem assim registrada a “descoberta” do mistério, na opinião do Padre Loch, dois anos após a catástrofe, entre fevereiro e abril de 1955:

*Sei hoje, seguramente informado, apenas com licença de lançar no livro da história da Paroquia, o seguinte segredo: 1) A igreja foi incendiada; 2) Devia ter sido a canônica e não a igreja; 3) Motivo: vingança (...). Com esta revelação secreta confirmou-se a minha íntima convicção que eu tinha desde o primeiro instante que ouvi em Sta Catarina, onde me encontrava, o infausto acontecimento de incêndio da Matriz. Inúmeras vezes tive que apaziguar ânimos exaltados por causa destes ataques nervosos e feitos de maneira imprudente do Ver. Vigário-cooperador [grifo meu] (TOMBO III, p. 53 A).*

Em 1956, vem a resposta de D. Vicente Scherer. Em vinte de abril desse ano, ele faz uma visita pastoral à paróquia de Lajeado e anota o seguinte no Tombo III: “Não espelha assim, como devia, este Livro [o Tombo] a vida da paróquia e do lugar, resumindo-se, quase de todo, na copia de circulares e em notas de interesse pessoal” (Tombo III, p.63 A). Ele alerta, também, nas linhas

---

distritais, permanecendo a designação de povoado para os demais aglomerados de menor porte” (SCHIERHOLT, 1992, p.164).

<sup>4</sup> A autora deste trabalho constatou *in loco* a existência destes sinos, por ocasião da subida na torre, pelos andaimes dos pedreiros na parte externa, durante a obra de restauro que deverá estar pronta em dezembro do corrente ano.

<sup>5</sup> Para mais detalhes, ver SCHIERHOLT, 1997, p.151-152.

subsequentes, que, “para defender a honra do cooperador da paróquia, acusado à página 53 v., do incêndio, a denúncia não merece crédito, porque é anônima. E, se era para queimar a canônica, porque queimou a igreja?”

Segundo o Livro de Tombo III, à página 44 A, em março de 1953, começaram os trabalhos de recolhimento dos escombros da igreja incendiada, a que fora inaugurada em 1901; na página 46, relata-se que a construção da nova Matriz se iniciou em 26 de agosto desse mesmo ano, tendo como engenheiro responsável, Dr. Carlos Loivo Müller. Na página 56 é relatada a primeira missa na igreja ainda em construção, num Domingo de Pentecostes, 29/05/1955. A nova Matriz, a atual, foi inaugurada em 1958.

Além de a igreja trabalhar com assistência espiritual a seus paroquianos realizando os batizados, casamentos, enterros, etc., ela também se preocupava com a educação de seus paroquianos e, para isso, em 1908, foi construído um prédio, ao lado da igreja, alugado aos Irmãos Maristas a fim de darem aulas para os filhos das famílias católicas.

### **3.2 Dom João Becker: “alemão renegado” ou pastor atormentado?**

Devido à importância que Dom João Becker teve durante o período aqui estudado e devido às suas relações com o governo varguista e todo o seu cunho nacionalista visto no Capítulo 2, convém delinear seu perfil, detalhadamente, para uma melhor compreensão dessa conexão Igreja–Estado.

Sua nomeação para arcebispo de Porto Alegre se deu em 1º de agosto de 1912, mas foi em oito de dezembro, festa da Imaculada Conceição, que ele tomou posse do Arcebispado, continuando como Administrador Apostólico de Florianópolis até sete de setembro de 1914. De 1912 a 1946, “D. João Becker permaneceu como arcebispo de Porto Alegre por um lapso de tempo suficiente para assistir e interagir com conjunturas extremamente densas em transformações da vida nacional e estadual” (ISAIA, 1998, 47).

Isaia (*Ibidem*, p. 47) relaciona os fatos testemunhados por sua ação pastoral, “ela mesma extremamente ligada à forma como se dimensionava o

poder político, fiel ao modelo de neocrisandade arquitetado por D. Leme<sup>6</sup>. Essa forma de inserção da Igreja na sociedade assentava-se em um projeto de ‘cristianização’ apoiado pela aliança com o Estado e com as classes dominantes, vistas como instrumentos de realização das ‘aspirações católicas’, quais sejam, “a consolidação do castilhismo de inspiração comtista, o movimento contestador da perpetuação borgista de 1923, a Revolução de 1930, a ascensão de Vargas ao governo federal, a institucionalização do regime do Estado Novo e o ulterior processo de redemocratização (...)”.

Sua posse coincidiu com o período imediatamente posterior ao fim do padroado imperial. Portanto, uma de suas metas era mostrar à sociedade o papel de respeitabilidade exigido dos padres, coisa que não acontecia durante o padroado. Para isso, além de aumentar o número de sacerdotes e de escolas católicas, trabalhou na construção de “um clero disciplinado e um laicato inserido numa religiosidade de cunho sacramental e romanizada, nos moldes do Concílio de Trento” (*Ibidem*, p.48).

Teve uma administração profícua quanto ao número de paróquias criadas durante seu mandato, segundo o autor, chegando a triplicar este número em Porto Alegre. No Vale do Taquari, foram criadas mais de 20, de 1912 a 1945 (SCHIERHOLT, 1997, p. 106), pois os padres locais também tinham como principal preocupação adaptar o número de templos ao número crescente de paroquianos.

Valendo-se de obras de outros autores, Isaia (ISAIA, 1998, p. 51) comenta a figura de D. João, que era vista como

*(...) essencialmente “pontifical”, ora como simplesmente “elitista”, não faltando críticas à sua ação pastoral por parte de alguns membros do clero e laicato, que o julgavam demasiadamente preso à elite e ao governo. A sua condição de alemão nato foi um outro importante dado na construção de sua imagem pública, ainda mais em uma conjuntura como a que atravessou, em que se exacerbava a xenofobia sob influxo da política externa getuliana. Mesmo antes do período varguista não faltaram vozes que identificassem uma tendência germanófila nas suas opções pastorais.*

---

<sup>6</sup> O Cardeal D. Sebastião Leme tinha um projeto pastoral bem definido: queria que a Igreja Católica voltasse a gozar da proteção do Estado, a fim de que pudesse exercer uma influência mais decisiva sobre a sociedade. Para isso, tinham de superar o laicismo de Estado que marcara a primeira República e reger de forma mais efetiva os destinos religiosos e morais da pátria e da sociedade brasileira. O sonho dos bispos restauradores era restabelecer o antigo regime de aliança entre Igreja e Estado, ou seja, a construção de uma Nova Crisandade.

Coincidência ou não, o fato é que as paróquias e curatos fundados por ele situavam-se nas localidades de imigração alemã, italiana e polonesa. Assim, igualmente, o clero era composto por mais representantes das etnias alemã, italiana e polonesa, quase inexistindo da nacional.

No entanto, Isaia (*Ibidem*, p. 52) continua, fazendo um contraponto a esse pensamento: “O peso do nascimento na Alemanha foi sempre sentido por D. João Becker. (...) a comunidade alemã rio-grandense estava longe de encará-lo como um legítimo representante seu. D. João Becker muitas vezes era visto como um ‘alemão renegado’”.

Como por ocasião da I Guerra Mundial (1914-1918), o constrangimento entre o arcebispo e a comunidade alemã novamente se deu durante a II Guerra Mundial (1939-1945). Desta vez ele “baixou normas para a nacionalização do clero e das escolas católicas, além de novamente proibir a pregação e preces em idioma estrangeiro. (...) O empenho do arcebispo em nacionalizar a Igreja do Rio Grande do Sul, sem dúvida não se constitui em fato isolado, mas compõe-se com sua postura política pautada pelo irrestrito apoio a Vargas” (*Ibidem*, p. 53).

Nosso autor ressalta, porém, que D. João Becker foi, por vezes, bastante incisivo quanto aos métodos com que o Estado Novo aplicava a ação anticomunista, que chamava de “métodos nazistas”. Diz Isaia (*Ibidem*, p. 157):

*As críticas feitas por D. João Becker à aplicação da lei de nacionalização no Rio Grande do Sul não comprometiam a sua fidelidade ao Estado Novo e a Vargas. A ditadura varguista era vista por D. João Becker como uma medida salvadora, que se impunha em um momento dramático da vida nacional, quando o Brasil estava prestes a sucumbir aos “diabólicos desígnios” do comunismo internacional.*

O arcebispo D. João também dizia que Vargas era o “novo Moisés”, aquele que “teria a audácia cívica de escolher Nosso Senhor Jesus Cristo para guia da Nação” (*Ibidem*, p. 81), aquele que conduziria o povo à terra prometida e que “as boas relações do Estado Novo com a Igreja impunham-se como condicionantes para a continuidade da caracterização do regime como ‘cristão’” (*Ibidem* p. 158).

Sua morte foi assim registrada no Livro de Tombo III da Paróquia Santo Inácio de Loyola:

*Falecimento do Ex<sup>mo</sup> Sr. Arcebispo Metropolitano D. João Becker 15-6-1946. O Cabido da Catedral Metropolitana de Porto Alegre cumpre o doloroso dever de comunicar ao clero e aos fieis da (Arquidiocese) Provincia Ecclesiastica, bem como ás Exmas. autoridades civis e militares do Rio Gr. do Sul a infausta noticia do falecimento do Ex<sup>mo</sup> e Rev<sup>mo</sup> Sr. D. Joao Becker, digníssimo Arcebispo de Porto Alegre, ocorrido ás 19,50 horas de ontem... (TOMBO III, p. 11).*

### 3.3 De perto e de dentro: O Estado Novo nos Livros de Tombo

#### 3.3.1 Reaproximação entre Estado e Igreja

A Constituição de 1891, que vigorou até 1934, definia o fim do padroado<sup>7</sup> e a separação entre o Estado e quaisquer religiões ou cultos e estabelecia que "será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos". Essa primeira lei republicana também dizia que todas as religiões seriam aceitas no Brasil e que suas crenças poderiam ser praticadas e seu culto seria livre e aberto em todo o território nacional. Mas, o ensino religioso continuou sendo, na prática, o ensino da religião cristã somente.

Esta ruptura foi tão chocante para a igreja brasileira que mereceu instruções sobre como realizar casamentos já que, a partir de agora, estes passariam a ter duas instâncias – a religiosa e a civil. Vejamos como a igreja queria que isso ocorresse:

*Aos dezoito de maio de **mil oitocentos e noventa** foi lida a Pastoral do Ex.<sup>mo</sup> Rev.<sup>mo</sup> Monsenhor Vigario Capitular da Diocese dando instruções sobre a celebração do Sacramento do matrimonio em vista da **Decretação do Casamento Civil**. "Pelo Sagrado Concilio de Trento foi definido e decretado um artigo da fé, que o matrimonio é um dos sete sacramentos da lei evangelica instituido por Nosso Senhor Jesus Christo, **ferindo de anathema a quem disser o contrario disso**. Ora, se o sacramento fosse um accessorio do contrato nem o Concilio Tridentino, nem os Padres da Igreja haveriam dito, que o matrimonio é sacramento, mas que Jesus Christo para santificar o contrato, lhe teria juntado accidentalmente o sacramento. **Nunca a Santa Sé deixou de***

---

<sup>7</sup> O padroado era um regime que dava ao imperador o controle sobre o clero e sobre os assuntos eclesiásticos em geral. O imperador podia exercer o direito do "beneplácito": as ordens emanadas do Vaticano só poderiam vigorar no Brasil depois de terem sido aprovadas por ele.

*reprovar imediatamente, por si ou por seus representantes, os chamados casamentos civis (...) porque não sendo contrahido perante a Igreja deixa de ser verdadeiro matrimônio, e as pessoas assim unidas não são conjuges legítimos, nem tão pouco são legítimos os filhos que nascerem deste enlace (...)* [grifo meu] (TOMBO I, p. 6 A - 7).

Na sequência, nas anotações do pároco, vêm vários itens de instruções sobre como o pároco deveria proceder: “No intuito de **evitar conflito com a lei civil** e garantir a consciência e a dignidade do sacramento entre os catholicos recommendamos (...)”. Os noivos deveriam passar primeiro no pároco para casar na igreja, depois no magistrado. Se invertessem a ordem, vinha a advertência: “Não podem fazer vida commum, **pois do contrario viveriam em estado de pecado mortal**” [grifo meu] (*Ibidem*).

Prosseguindo nesse trecho, a Revolução Constitucionalista de 1932, ou Guerra Paulista, ocorreu de julho a outubro de 1932 e queria a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o Brasil, que só veio em 1934. Um tiro que saiu pela culatra, pois ela deu a centralização do poder ao próprio Getúlio. Ainda assim, ela representou um avanço importante almejado desde 1922, início das revoltas tenentistas.

No período que aqui nos interessa foi pároco em Lajeado o Cônego Leopoldo Loch, o 12º desde a fundação da Paróquia. Assumiu em 10 de julho de 1932, com 32 anos de idade e ficou até 15 de janeiro de 1956. Em julho de 1943 construiu uma nova casa paroquial. E, por ter encontrado a igreja em péssimas condições de conservação, resolveu iniciar a construção de uma nova, “lembrando a imponência das matrizes de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires” (SCHIERHOLT, 1997, p.151), cidades vizinhas a Lajeado.

Foi durante a sua administração que ocorreu o incêndio desse prédio, em 13 de janeiro de 1953, fato que relatamos anteriormente. Logo se iniciaram as tratativas para a construção do novo templo, inaugurado em abril de 1958, que é o mesmo que está atualmente passando por uma reforma ampla patrocinada pela Lei de Incentivo à Cultura do Estado (LIC), por doações de pessoas jurídicas e por esforços da própria comunidade católica. O Centro Universitário – UNIVATES está com a responsabilidade de fazer a parte administrativa.

A chegada de Loch a Lajeado, que se deu em dez de julho de 1932, e suas alçadas como pároco estão assim registradas no Tombo II: “No dia 10 de Julho tomou posse da parochia de S. Ignacio de Lageado o Revmo. P. Leopoldo Loch (...)” (TOMBO II, p. 71). A nomeação vem seguida de uma recomendação assinada por Monsenhor Leopoldo Neiss: “(...) Mandamos portanto aos fiéis que reconheçam o Ver. Snr. P. Leopoldo Loch por seu legitimo superior espiritual e como tal o estimem, lhe obedçam e bem o tratem” (TOMBO II, p. 71 A).

Sua nomeação, seu prazo na paróquia, se tudo corresse bem e recomendações vêm a seguir:

*(...) Fazemos saber que attendendo ás necessidades espirituas dos fieis da Freguesia de S. Ignacio de Lageado e á capacidade que concorre na pessoa do **Rev. Ir. Padre Leopoldo Loch, Havemos por bem o nomear**, como pela Presente Nossa Provisao o Nomeamos Vigario da referida freguezia, o qual cargo exercerá (por) ate 31 Dezembro de 1933, si antes não Mandarmos o contrario. Muito lhe recomendamos a boa direção das almas que lhe confiamos, de que dará contas a deus Nosso Senhor (...) [grifo meu] (TOMBO II, p.75).*

Suas alçadas dentro das quais se enquadrava seu posto diziam:

*Foram concedidas ao vigario de Lageado as faculdades das Formulas A e B<sup>8</sup>. (...) Ao Rev. P<sup>o</sup> Valentim Weschenfelder foram concedidas as faculdades da Formula A (TOMBO II, p.76).*

### 3.3.1.1 Reaproximação oficializada e ditadura institucionalizada

O subterfúgio utilizado pela igreja para a sua ação política não foi ter um partido católico, disse D.Paulo Evaristo Arns (1981, p.131), mas poderosos instrumentos de pressão que recomendavam aos eleitores candidatos de qualquer partido, desde que se comprometessem com a defesa das “reivindicações” católicas (aquelas estipuladas na Constituição de 1934). Essa ação católica veio traduzida por diversos eventos e segmentos que interferiam

---

<sup>8</sup> De acordo com informação oral obtida através de consulta com o padre Miguel Ody, hoje com 88 anos, pelo Código de Direito Canônico, a “fórmula A” permite que o padre administre somente os sete sacramentos; a “fórmula B” autoriza o padre a resolver problemas mais graves, como aconselhamentos em divórcios, etc.

diretamente na opinião dos párocos, em todo o mundo cristão. E assim também foi em Lajeado.

Um fato relevante para a Paróquia Santo Inácio - o Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, realizado em setembro de 1939, vem citado pelo pároco:

*Em Junho foram recebidas as “Resoluções” da 4ª Conferencia do Episcopado da Provincia Ecclesiastica de Porto Alegre, legislando sobre a forma pratica da applicação da nova Pastoral Coletiva do **Concilio Plenário Brasileiro** dentro do Estado do Rio Gr. do Sul. [grifo meu] (TOMBO II, p.97)*

Esse Concílio foi de tal forma expressivo e potencializador da ligação que havia entre o Estado Novo e a Igreja Católica, que mereceu destaque por parte de Isaia (1998, p.153): “Essa realização do catolicismo brasileiro [o Concílio] representou uma oportunidade para mútuas manifestações de estima e entendimento entre os dirigentes católicos e Vargas.” No banquete oferecido pelo presidente aos bispos brasileiros no Itamarati, estes manifestaram sua “total solidariedade ao chefe do Estado Novo e à sua obra, ‘capaz de conciliar sempre, numa harmonia leal, os interesses do Estado com os direitos imprescindíveis da Igreja”, nas palavras do arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva”.

Para Simões, este Primeiro Concílio Plenário Brasileiro foi relevante porque

*(...) revestiu-se de grande importância estratégica. Realizado à sombra do Estado Novo, o Concílio Plenário Brasileiro congregou o episcopado nacional a fim de discutir os problemas enfrentados pela Igreja e traçar metas para a mesma. Estiveram em pauta questões relacionadas ao avanço das seitas protestantes e do espiritismo, além da questão social, trazida à baila pela “ameaça vermelha”. Com o Estado encampando a repressão ao comunismo, a partir das resoluções do Concílio, a Igreja passou a investir de forma mais sistemática contra as “heresias” protestante e espírita. Seu corpo hierárquico também saiu fortalecido e um tanto mais distanciado do laicato, na esteira do ideal de fazer corresponder ao governo forte de Vargas uma Igreja igualmente forte do ponto de vista institucional (SIMÕES, 2010, texto digital).*

Como podemos ver a seguir em alguns trechos transcritos do Tombo, dentro da proposta da Igreja Católica de apoiar a ditadura Vargas, foram criados vários tipos de manifestações e instituições que juntavam a fé religiosa

com o senso de civismo/nacionalismo, prerrogativas exigidas pelo momento que se vivia no Brasil e no mundo.

Uma delas foi a Ação Católica, um conjunto de movimentos criados pela Igreja, em 1938, para aumentar sua influência na sociedade, através da inclusão de setores específicos do laicado e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social da Igreja. Segundo a Enciclopédia Católica, a Ação Católica é

*a forma organizada de apostolado dos leigos que, no seguimento dos movimentos católicos do séc. XIX, foi incrementada por Pio XI, alcançando grande implantação sobretudo nos países católicos latinos. Em Portugal, a Acção Católica Portuguesa, criada pelo Episcopado em 1933, incluía duas dezenas de “organismos” especializados por sexos, idades e meios sociais, coordenados por quatro “organizações” e por uma “Junta Central”, chegando a contar 100 mil associados na década de 50. Apesar do apoio do Vaticano II e dos papas pós-conciliares, a A.C. entrou em regressão, dando lugar a organismos de índole mais espiritual e carismática. V. missões (ad gentes) (texto digital).*

Sobre a Ação Católica não há nenhuma anotação nos Tombo examinados, porém Schierholt (1997, p.66) diz que “Na década de 1940, também na Paróquia de Santo Inácio foi introduzida a Ação Católica. Em outubro de 1945, o pároco Pe. Leopoldo Loch apadrinhou a reunião geral da Ação Católica na região. Entre os grupos participantes estava o ‘Centro Sant’Ana’, da Escola Madre Bárbara, onde existia também a Juventude estudantil Católica – JEC e a Congregação Mariana.”

Aliás, outra forma de manifestação cívico-religiosa, foram as Juventudes Católicas, inicialmente só com participantes do sexo masculino e, depois, em 1941, com as mulheres, como aparece no Tombo II: “Depois de muito e cuidadoso preparo foi fundada em 24 de Setembro no Colégio S. Ana a **Juventude Catolica Feminina**” [grifo meu] (TOMBO II, p. 97).

Ou ainda, os comentários anotados pelo padre no Tombo, por ocasião da Festa de Cristo Rei, “Antes da missa solene deste dia houve imposição de distintivos a Centristas da **Juventude Catolica** e renovação dos compromissos” [grifo meu] (TOMBO III, p. 5 A).

Assim também os Círculos Operários<sup>9</sup> tiveram muita importância na conjuntura da administração varguista, como visto no item 3.2 do capítulo anterior. “O Estado apostava nas lideranças católicas para diminuir a influência de esquerda no operariado” disse o Cardeal Arns (ARNS, 1981, p.1312). Na mesma página ele alega que o fim desses círculos operários se deu após 1945, por causa da “insistência na colaboração entre patrões e operários, o apoio ao modelo corporativista, a prática paternalista e assistencialista dos Círculos, seu caráter confessional e de sindicato paralelo”.

Uma circular de cinco de julho de 1945, quando já declinava o sistema de círculos operários, chegou à paróquia de Lajeado, ainda incentivando sua fundação:

*Ordena esta Circular ensinar ao povo o que é comunismo. Lembra que em toda a parte se fundam comitês de propaganda comunista. Para neutralizar esta **atividade diabólica** devem-se fundar **círculos operários** para esclarecer a opinião pública [grifo meu] (TOMBO III, p. 8 A).*

A Liga Eleitoral Católica (LEC), de acordo com o CPDOC<sup>10</sup>, tinha a seguinte composição e atuação:

*Em 1932, com o objetivo de articular-se com o mundo da política, o grupo católico, tendo novamente à frente dom Leme, criou a Liga Eleitoral Católica (LEC), que teve como secretário geral Alceu Amoroso Lima. Dom Leme optou por essa estratégia em nome da "segurança da comunidade católica" e frequentemente lembrava, nas páginas da revista A Ordem, as virtudes da concessão e do compromisso àqueles que se opunham a Vargas e pretendiam formar um partido católico de oposição. Congregando intelectuais e segmentos da classe média, a LEC teve uma participação expressiva nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte. Sua atuação consistiu em supervisionar, selecionar e recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja, mantendo uma postura apartidária. Argumentava-se não haver necessidade de um partido católico, quando as mais variadas agremiações partidárias aceitavam os postulados da Igreja. Numerosos deputados foram eleitos com o apoio da LEC, entre eles Luís Sucupira, Anes Dias, Plínio Correia de Oliveira e Moraes Andrade (CPDOC, 2010, texto digital).*

---

<sup>9</sup> Segundo a Pequena Enciclopédia da Doutrina Social da Igreja, o primeiro Círculo Operário Católico brasileiro foi criado em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 1932. Eram associações que organizavam os operários católicos, que foi incrementada pela Encíclica *Quadragesimo Anno* de Pio XI e apelava para a harmonia entre as classes, o que deveria resultar em melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

<sup>10</sup> O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas.

Já o filósofo da Unicamp, Roberto Romano, escreve que

*Neste plano [as LEC], tratou-se de colocar os dominados reunidos em corporações a serviço do governo secular, para que este não se visse esmagado sob uma quantidade quase infinita de tarefas e responsabilidades [expressão extraída da Quadregésimo anno]. Assim se estabelecerá a brecha para uma nova divisão de trabalho, no domínio político, entre Igreja e burocracia laica. A liberdade dos corpos organizados de trabalhadores seria garantida pela Igreja; só ela poderia ser efetivamente a mediadora entre eles e o Estado (ROMANO, 1979, p. 151).*

A LEC também aparece nos diários do padre da paróquia de Lajeado, numa circular de 31 de julho de 1945, alguns dias depois da que se referia à fundação de círculos operários:

*Realizar-se-se-ha no dia quinze de agosto pf. uma grande concentração católica na Praça da Matriz em P.Alegre para lançamento oficial e solene da **Liga Eleitoral Católica (LEC)** e da propaganda anti-comunista na Arquidiocese de P.Alegre. A esta Concentração deveao comparecer todos os parocos da Arquidiocese sem exceção alguma [grifo meu] (TOMBO III, p.8 A).*

À página nove do mesmo Tombo, a preocupação com a manutenção econômica dessas ligas se fazia sentir, através de mais uma circular, esta de 15 de agosto de 1945:

*Manda o sr. Arcebispo Metropolit. Que a parouquia de Lajeado contribúa para as **despesas da Lec e da propaganda anti-comunista** com a quantia de 1.000 cruzeiros [grifo meu] (TOMBO III, p. 9).*

### 3.3.2 Antes de começar a reforma, é preciso pôr ordem na casa

Outro assunto que mereceu destaque nos registros paroquiais foi um recenseamento populacional geral solicitado pelo presidente Vargas, tão importante que aparece assim no Tombo II, em dois momentos: “Veio uma Circular da Curia ordenando a lei de fornecer os **dados estatísticos pedidos pelo governo do paiz**” [grifo meu] (Tombo II, p. 91). A mesma orientação aparece no registro a seguir, uma circular de 1940, no mesmo Tombo:

*Em Junho [1940] vieram duas Circulares da Curia Metropolitana, uma dando instrucções especiais a respeito do dia mundial, digo, a respeito do **recenseamento geral do Paiz**, e a outra communicando o convenio firmado entre a Curia Metropolitana e a Secretaria da educação a respeito das aulas parouquiaes catolicas. [grifo meu] (TOMBO II, p. 95)*

Ora, uma das metas do presidente era resolver a situação caótica pela qual o país vinha passando. Para instituir um clima de ordem e de paz encaminhou esse censo geral. Segundo Milan (2009, texto digital):

*Os primeiros censos são extremamente preconceituosos, se forem analisados sob o ponto de vista atual. Além de separar, na contagem, os escravos das pessoas livres, os censos feitos antes de 1940 não levavam em conta os outros tipos de religião: ou a população se declarava católica ou era “acatólica”. (...) Em comparação com os primeiros censos, o de 1940 pode ser considerado o mais elaborado até então. Ele tenta definir com mais precisão o espaço brasileiro e o perfil da população, incluindo dados de relevo e vegetação e tipos humanos. As características domiciliares também se intensificaram nas pesquisas desta época. Outras religiões surgiram no censo a partir de 1940, assim como a opção de se declarar separado ou divorciado.*

### 3.3.3 Ensino religioso nas escolas públicas

A Constituição de 1934, que selava uma nova aproximação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro após a ruptura ocorrida com a Proclamação da República e a decretação da separação Igreja-Estado em 1891 - além de contemplar assistência religiosa às Forças Armadas, legislação familiar pautada nos princípios da igreja e o nome de Deus na própria Constituição - facultava o ensino religioso nas escolas, denotando o início de uma separação mais atenuada entre o Estado e as religiões: “O Brasil presenciava a ascensão de um estado autoritário e de uma igreja que finalmente recuperava acesso ao poder após 40 anos de uma república laica, com ares positivistas” (STIGAR, 2010, texto digital).

O Artigo 153 da Constituição de 1934 diz que “O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”.

Enfim, o ensino religioso, nas escolas públicas, foi mantido no Estado Novo, até mesmo porque fazia parte da política de Getúlio Vargas de articulação com a Igreja Católica. A circular de 17 de abril de 1936 pede informações sobre isso: “A venerável Curia pede informações como está sendo administrado o **ensino religioso nas aulas públicas** situadas em sua

parochia, indicando também empecilhos e dificuldades que houver” [grifo meu] (TOMBO II, p.82 A).

Apesar de tudo, em novembro de 1940, em seu discurso nas comemorações dos 10 anos da revolução de 1930, Getúlio fez as suas críticas à Constituição de 1934:

*Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panacéia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação<sup>11</sup>! (texto digital).*

### 3.3.4 Igreja e Estado no cuidado com a economia gaúcha

Além das citações referentes à temática até aqui analisada, percebe-se, nos livros de Tombo, a preocupação com outro assunto: a economia estadual e os eventos que ocorriam na cidade de Lajeado atinentes a isso:

*Em dezesseis de Julho deste anno [1939] foi organizada pelo Ministerio da Agricultura do Estado e pelos poderes municipais uma **grandiosa Exposição de Milho** nesta cidade no recinto da Agencia Ford. Para a inauguração desta exposição **veio a esta cidade o interventor federal Cordeiro de Farias** a quem foram tributadas as homenagens que convém a um chefe de Estado. Um telegramma do Exmo. Sr. Vigario Geral ao Vigario da paróquia deu ordens deste de representar o Sr. Arcebispo nestas solennidades. O vigário communicou immediatamente esta ordem á Comissão de Festas, da qual era Presidente o Sr. Frederico Schaan, prefeito Municipal, que se alegrou com a noticia, mas que não soube dar depois a consideração que merece o representante do Sr. Arcebispo, a quem foi vedada a entrada no recinto da Exposição no momento da inauguração quando outras pessoas de destaque foram convidadas para entrar. Também no banquete offerecido ao Sr. Interventor o representante do Sr. Arcebispo teve que pagar os 50\$000, quando muitos outros nada pagaram [grifo meu] (TOMBO II, p. 91 e 91 A).*

Dentro do programa econômico de Vargas, foi Ministro da Agricultura, o Dr. Fernando de Souza Costa, que já fora secretário da agricultura do Dr. Júlio

---

<sup>11</sup>Texto virtual disponível em <<http://contextopolitico.blogspot.com/2010/03/getulio-vargas-historia-virtual.html>>

Prestes, de 1927 a 1930. Ele criou o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas e os Serviços de Informação Agrícola e Economia Rural.

Levando-se em conta o que diz Fontoura no item 3.1 do Capítulo 2 desta pesquisa, essa exposição em Lajeado teve o que comemorar. Como vimos, Fontoura defende que a lavoura do milho foi estimulada durante o período da II Guerra Mundial, uma vez que houve a mudança de hábito de consumo do óleo animal pelo vegetal na Europa e nos EUA.

Curiosamente, nesse trecho, o motivo pelo qual o pároco lajeadense foi barrado na exposição e no banquete que houve em seguida, nunca ficou esclarecido.

No mesmo item 3.1 do segundo capítulo, vimos que a economia do RGS sofreu enormemente com as intempéries, principalmente com a enchente de 1941 e a seca de 1942, que também mereceram apontamentos por parte dos padres da Paróquia Santo Inácio.

Gertz (2005, p.49) comenta essas contingências ambientais: “Em 1941 houve uma das maiores enchentes da história do Rio Grande do Sul. Além dos estragos causados em várias regiões do interior, diminuindo a capacidade de consumo, foram afetados, de forma drástica, muitos estabelecimentos industriais, em especial na Capital. (...) No ano seguinte, um fator climático inverso, uma enorme seca, afetou mais uma vez a capacidade de demanda dos consumidores”.

E essas catástrofes climáticas que interferiam severamente na economia do estado do RGS, vieram assim destacadas nos Tombo:

*Em principios de maio uma **formidável enchente** nunca vista assolou o nosso Estado e tambem a mossa paróquia tendo as águas arrastado muitas moradias de famílias, principalmente no Passo do Lageado, onde desapareceram treze moradias. A miseria tornou-se grande para muitas famílias. As aguas estiveram 75 cm. Sobre o asoalho do hotel visinho da canonica. A esquina sul do Ginasio Sao José esteve um palmo dentro da agua. A visita pastoral que esteve marcada justamentepara aquelles dias foi adiada “sine die” [grifo meu] (TOMBO III, p. 96 A).*

E a grande seca de 1942 foi contemplada nas orações na matriz:

*Em seis de Dezembro de mil novecentos e quarenta e dois, realizou-se na Matriz das 20-21 horas uma solene hora santa para alcançar de Deus a chuva necessaria. Uma **tremenda seca** reinava em todo o estado [grifo meu] (TOMBO III, p. 2 - 2 A).*

### **3.3.5 De perto: o contato direto dos pastores com o rebanho**

#### **3.3.5.1 As visitas pastorais**

Uma das formas de manter o controle da Igreja sobre os acontecimentos da sociedade brasileira eram as visitas pastorais, quase sempre feitas pelo próprio Arcebispo. E a Vila de Lajeado tinha fama de exacerbada nesses assuntos de política, onde frequentemente se davam casos de violência nos pleitos eleitorais.

Vejamos um caso. Em 17 de novembro de 1935, foram realizadas as eleições para prefeitos e vereadores. Nesse enredo, uma caravana da Frente Única, que tinha como candidato a prefeito João Frederico Schaan, deslocou-se para a pequena localidade de Tamanduá, considerada reduto eleitoral do Partido Republicano Liberal (PRL), cujo candidato era o então prefeito João Weiler Klein. “Ao terminar o almoço em Tamanduá, uma casa comercial foi invadida. Houve um breve tiroteio. Álvaro Clímaco Ribeiro Machado, acompanhado de Antunes Pereira da Costa, acertou um tiro mortal em Orlando Fett” (SCHIERHOLT, 1992, p.159).

O escritor e repórter Ib Kern comenta assim o episódio: “Atentado à bala também, sem atingi-lo, sofreu na cidade de Lajeado, em 13 de novembro de 1935, o médico e deputado estadual Décio Martins Costa, que seria candidato a governador, em 1947, pelo Partido Libertador. Décio conseguiu escapar, saltando um muro de dois metros de altura, mas tombou assassinado seu correligionário Orlando Fett, líder político do Alto Taquari” (KERN, 2007, p.35).

Voltando às visitas pastorais, logo após a Constitucionalista (cuja data oficial é três de outubro de 1932), Lajeado recebeu a visita pastoral de Dom Vicente Scherer (secretário particular de Dom João Becker) e do Cônego José

Alberto Colling, que foram recebidos pelo subprefeito Leopoldo Feldens, em 18 de novembro de 1932:

*Fazemos saber que no dia 18 de Novembro de 1932, vindo da sede paroquial de Santa Clara, e acompanhado de nosso secretario particular cónego dr. Vicente Scherer e do cónego José Alberto Colling, chegamos pelas 16 horas à vila do Lageado, onde fomos festivamente recebido [sic]. Tinha ido em nosso encontro até Santa Clara o revdo vigário de Lageado sr. **padre Leopoldo Loch** e o sub- prefeito Leopoldo Feldens (...) [grifo meu] (TOMBO II, p. 74).*

À página 86 deste Tombo, em quatro páginas escritas de próprio punho pelo Arcebispo Dom João Becker, se encontra o Termo de Visita Pastoral, ocorrida de quatro a sete de maio de 1937. O Termo relata a visita à região, cuja Vila de Lajeado estava sob a administração do prefeito João Frederico Schaan (eleito depois da famigerada ocorrência em Tamanduá). O arcebispo descreve como e por quem foi recebido, saudado e homenageado, elogiando as palavras proferidas por cada um; refere-se às missas rezadas nas diversas localidades, enumera confirmações e crismas, menciona as visitas ao prefeito, ao Juiz da Comarca (Dr. Décio Pelegrini), aos colégios e ao Hospital São Roque.

Mais uma visita pastoral, esta ocorrida em quinze de novembro de 1941, está descrita em quatro páginas do Tombo e relata, como era rotineiro, todas as atividades do arcebispo na região. Porém, chama a atenção uma frase colocada ao longo do texto, transcrita abaixo, que se aplica perfeitamente aos princípios universais proclamados pela revolução Francesa. Seu significado neste contexto ficou sem explicação mais apropriada: “(...) No mesmo lugar [Colégio Santa Ana] agradecemos e explicamos a significação cristã do lema republicano: **liberdade, fraternidade e igualdade**” (...) [grifo meu] (TOMBO II, p. 98 A).

### 3.3.5.2 As cartas pastorais

As cartas pastorais, escritas pelos bispos brasileiros, foram, durante o Século XIX, instrumentos privilegiados para que estes expusessem suas posições sobre as relações que se estabeleciam entre a Igreja, o Estado e a sociedade, principalmente no que concerne às críticas recebidas dos setores liberais e anticlericais que se manifestavam contra a atuação da Igreja e a disputa sobre os limites entre os poderes espiritual e temporal (CAES, 2008, p.2, texto digital). Para ele,

*Por meio das pastorais, portanto, podemos acompanhar o pensamento da Igreja Católica – manifestado nas palavras dos Bispos e do modo como foi transmitido aos fiéis - durante um período significativo de sua atuação no Brasil e perceber os argumentos e estratégias utilizados por esta instituição para garantir uma efetiva influência sobre a religiosidade, a política e a cultura do país.*

Doeberstein (2002, p. 217) também enfatiza a função das Cartas Pastorais, quando dá destaque, em seu livro, ao papel da arte nesse período histórico: “Na recristianização do século XX também ficou reservada às artes uma atenção muito especial. Documentos papais se ocupando do tema, **Cartas Pastorais dando orientações sobre o assunto**, frequentes artigos sobre arte sacra em revistas religiosas (...)” [grifo meu].

#### 3.3.5.2.1 A luta anticomunista nas cartas pastorais

Podemos começar observando a Vigésima Sétima Carta Pastoral (pois é referente ao período aqui abordado) que está comentada pelo pároco à página 90 e pondera sobre os perigos que a cristandade corria :

*Em comemoração ao seu jubileu arquiépiscopal D.Joao Becker publicou a 27ª Carta pastoral, intitulada “Imperativos da Atualidade” A importantíssima Pastoral trata dos imperativos que a atualidade impõe a todos os homens christaos e bem intencionados, tanto dirigentes como governados ante o **grande perigo bolchevista e comunista que ameaça todo o mundo e o nosso Brasil**. A Pastoral foi lida e archivada [grifo meu] (TOMBO II, p. 90).*

De fato, o grande medo da Igreja Católica era que as reivindicações dos trabalhadores brasileiros sofressem influência russa, ou que houvesse um

movimento orquestrado pela Terceira Internacional<sup>12</sup>. Já em 1931, na sua carta pastoral “O comunismo russo e a civilização cristã”, D. João Becker “denuncia um plano soviético de ‘bolchevisação’ do Brasil” (ISAIA, 1998, p.87).

Nessa carta, publicada ainda antes da decretação do Estado Novo, apesar de estar registrada neste Tombo como sendo de 1938, “o arcebispo traça um sombrio quadro da sociedade moderna, não vendo outra alternativa para o caos que se perpetuava, fora de uma conversão total aos princípios do catolicismo” (*Ibidem*, p.168).

Como única opção para esse quadro pessimista - uma vida moderna alicerçada em uma cultura laica e em instituições baseadas no individualismo liberal - Becker sugeria o magistério da Igreja Católica “como a única alternativa eficaz de fugir-se ao espectro da revolução social e da tirania” (*Ibidem*, p.168). Provavelmente, para D. João Becker, o bolchevismo seria sinônimo de destruição dos alicerces da sociedade cristã ocidental, segundo Isaia (*Ibidem*, p.170).

Outro grande crítico do fascismo foi o Papa Pio XI (1922-1939), cuja morte foi registrada no Tombo II, com uma circular datada de 10 de fevereiro de 1939: “Veio uma circular da Curia Metropolitana comunicando a infausta notícia do **falecimento do papa Pio XI** e determinando as solemnidades funebres, e prescrevendo a imperata ‘*pro re gravi pro eligendo Summo Pontifice*’ – até a eleição do novo Papa” [grifo meu] (TOMBO II, p.91).

Em 1931, Pio XI (1922-1939) emitiu a encíclica *Quadragesimo anno*, consequência da Grande Depressão de 1929, que segue os passos da *Rerum Novarum*, de Leão XIII - “o Papa que teria aberto os olhos da Igreja para a questão operária<sup>13</sup>” - que já debatia as condições das classes trabalhadoras. Nesta, Pio XI dá ênfase à economia mundial, dizendo que ela não pode se basear na luta de classes. Considera bom o livre comércio e afirma que a economia não deve se transformar numa ditadura aos trabalhadores; condena

---

<sup>12</sup> A Terceira Internacional (1919, o mesmo ano do Tratado de Versalhes) foi formada pelo Partido Bolchevique, logo após a Revolução Russa e foi usada como instrumento de política externa pela União Soviética, fazendo com que o proletariado alemão se associasse ao fascismo.

<sup>13</sup> Epíteto dado por ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao populismo gaúcho). São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

o comunismo e o socialismo, inclusive o chamado "socialismo moderado", que diz ser conflitante com a prática da fé cristã.

Sob o título “A ingratidão dos padres para com o fascismo”, escreve Pio XI, em sua encíclica<sup>14</sup> :

*A mensagem [publicada no jornal oficial da Santa Sé, o “Osservatore Romano”] denuncia a “negra ingratidão” dos padres que hostilizam o partido, que tem sido, (diz ella), em toda a Italia a garantia da liberdade religiosa. O clero, o episcopado e esta propria Santa Sé nunca desconheceram a importancia do que se tem feito em todos estes annos, em beneficio e em pról da religiao; frequentemente até teem exprimido a sua viva e sincera gratidão. [sic]*

Pio XI foi chamado de “o Papa da Ação católica” (CASTIGLIONI *apud* DOEBERSTEIN, 2002, P.213) pois sempre teve uma grande afeição por essa organização. Em 1937 ele promulgou a encíclica *Mit Brennender Sorge*, “na qual protestava contra a situação da Igreja Católica na Alemanha nazista e adotava uma postura firme contra o racismo” (CARNEIRO, 2007, p.215).

Mais uma carta pastoral: esta, a vigésima oitava de Becker, também foi anotada no Tombo. Para saber o que continha essa famosa carta ouçamos Cordeiro (2007, p.214): “Em sua pastoral de 13 de setembro de 1939, ‘A Religião e a Pátria em Face das Ideologias Modernas’, dedicada aos problemas que afligiam o mundo e à eclosão da guerra mundial, Becker ocupou-se também do tema judaico. (...) a solução que propunha esse arcebispo era a aplicação da ‘justiça e caridade cristãs’.

Isaia (1998, p.198) se refere à carta dizendo que ela “condena o componente herético do nazismo, que comprometia os seus fundamentos em si aceitáveis e elogiáveis, salientando as diferenças com o fascismo italiano, apresentado como em sintonia com os ensinamentos da Igreja.” Ou seja, uma tendência a opor um “totalitarismo pagão” a uma solução totalitária “cristã”.

*Em Setembro do corrente anno [1939] foi publicada a monumental Carta Pastoral de Sua Ex<sup>a</sup> Rv<sup>ma</sup>. D. João Becker, a 28<sup>a</sup> na ordem numérica. Com o titulo A Religiao e a Patria em Face das Ideologias Modernas” soube S. Ex<sup>a</sup> expôr em 34 Capítulos, com a costumada clareza e maestria, **os males e perniciosas consequencias das ideologias modernas , assim como apontar a cura para a sociedade moderna ferida de morte. Os capítulos, julgados necessarios para os fieis de Lageado, foram lidos na hora da missa***

---

<sup>14</sup> Encíclica papal é uma carta que aborda algum aspecto da doutrina católica, enviada pelo Papa e dirigida aos bispos católicos de uma área em particular ou geralmente, aos bispos do mundo, para que repassem aos seus subalternos.

*dominical. A Pastoral acha-se arquivada [grifo meu] (TOMBO II, p. 92 A).*

A Vigésima Nona Carta Pastoral vem assim lançada no Tombo:

*Em Setembro deste anno [1940] sahiu do prelo a 29ª Carta Pastoral de S. Exª Revª D. Joao Becker. Incansavel na difusao da doutrina da Igreja pela palavra falada e escrita, S. Exª trata com grande sabedoria e clareza da: Decadencia da Civilização, expondo admiravelmente as suas causas, consequências e efeitos (...) (TOMBO II, p.95 A).*

De acordo com Carneiro (2007, p.217), nesta carta, Becker “destacou o chamado do Papa à paz e expressou sua própria opinião contrária às invasões [da Holanda, da Bélgica e de Luxemburgo pela Alemanha], já que, segundo ele, o espaço vital de uma nação não deve se converter no cemitério de outras nações, mediante a ruptura das normas da lei e da justiça”.

A Trigésima Carta Pastoral teve o mesmo tratamento dado às outras, sendo registrada no Tombo da Paróquia:

*Em Setembro [1941] foi recebida a 30ª Carta Pastoral de S. Exª Revª intitulada: “A Situação Mundial”. Marcando as diretivas religiosas e sociais no momento atual, pode-se afirmar que esta magistral Carta Pastoral é o documento mais importante e convincente da crise atual do mundo, e aponta o unico caminho que ainda pode salvar a humanidade. Lidos os capítulos mais importantes para os paroquianos, a Pastoral foi arquivada (TOMBO II, p. 97 A).*

Segundo Carneiro, um dos assuntos que D. João Becker aborda nesta carta é “a questão da identidade nacional brasileira, perguntando-se: o que significa ser brasileiro? O que é o autêntico patriotismo? O que é a pátria? Em sua argumentação, rejeitava toda forma de ‘falso patriotismo’, que põe ênfase cegamente na pátria, descuidando dos princípios de justiça e caridade cristãs” (CARNEIRO, 2007, p. 218, texto digital).

### 3.3.5.3 A imprensa, ou melhor, a “Boa Imprensa”

Outro cuidado que a Igreja Católica levava a firme controle era o que seria divulgado ao povo e como seriam custeadas suas despesas. Senão, vejamos o que se encontra a esse respeito nos livros de tombo. Aqui, a circular de quatro de novembro de 1939:

*Veio da Curia uma circular **ordenando severamente** que a paróquia e a Fábrica<sup>15</sup> de paróquia deve enviar a Curia a importância de 3:000 [ilegível] para **augmento do Capital da Tipografia do Centro S.A**, editora dos jornais católicos “A Nação” e “Estrela do Sul”, participando depois dos dividendos da empresa [grifo meu] (TOMBO II, p. 92).*

Falando sobre a imprensa católica, escreve Tonini:

*Outro ponto em que Igreja e integralistas compartilhavam idéias era a defesa e incentivo à **boa imprensa**. No final da década de 1930 e início do decênio de 1940, intensa foi a propaganda para fomentar a expansão da imprensa católica. Jornais católicos como “A Nação” e “Estrela do Sul”, em seus artigos, traziam apelos constantes à valorização da imprensa católica, com o que católicos estariam contribuindo para salvação dos homens. A Igreja acreditava que, através da boa imprensa, poder-se-ia “conseguir a força moral, a ordem, a tranquilidade e a paz na sociedade”. Argumentava-se, então, que ler jornais católicos era dever de todos os católicos. Com a finalidade de expandir sua atuação, realizaram-se até mesmo semanas da imprensa, congressos, numa ampla discussão não só em nível regional, mas também nacional e internacional. Sobre o assunto, impressionam o apelo e as constantes e extensas reportagens em defesa da difusão dos jornais católicos [grifo meu] (TONINI, 2003, p.50-51, texto digital).*

Mas, para a Igreja Católica havia uma grande diferença entre a imprensa em geral e a “boa imprensa”. Vejamos o que anotou o Padre Leopoldo Loch sobre isto, quando veio uma circular, em 1940: “Em fins de outubro foi recebida a Circular, instruindo e dando o programa da Campanha pelo **dia da Boa Imprensa**” [grifo meu] (TOMBO II, p. 95 A). Outra circular, esta também de outubro de 1940, diz: “Em fins de outubro foi recebida a Circular da Curia a respeito do **dia da Boa Imprensa** a festejar em 9 de novembro assim como, tb. A oração pela Boa Imprensa feita por Sua Ex<sup>a</sup> Rev<sup>ma</sup> que deve ser rezada em

---

<sup>15</sup> Fábrica da Igreja é, segundo a Enciclopédia Católica Popular, a pessoa jurídica não colegial a que pertencem todos os bens e direitos destinados à conservação, reparação e manutenção duma igreja e ao exercício do culto nela. O administrador da catedral é o bispo com o cabido; o da igreja paroquial é o pároco, ajudado pelo conselho para os assuntos econômicos, entre nós também chamado “comissão fabriqueira” e o de outra igreja, é o reitor. Compete-lhes administrar de acordo com a lei canônica e civil, e em particular manter em dia o inventário dos bens e prestar anualmente contas ao bispo. O nome de comissão fabriqueira vem do Decreto 11.887 de 6.7.1926, que a dá como a pessoa moral reconhecida pelo Estado para gerir os bens do benefício paroquial e da fábrica da igreja paroquial.

Novembro e depois das missas e bênçãos” [grifo meu] (TOMBO II, p. 97 A – 98).

A *Cruzada da Boa Imprensa* foi criada por Huberto Rohden, que era filósofo, educador e teólogo catarinense. Ela se inspirava na idéia de desenvolvimento interno do ser humano. Teve adeptos e inimigos dentro da Igreja Católica. Em 26 de novembro de 1942 saiu uma carta circular dos bispos de São Paulo, condenando os livros de Rohden. No ano seguinte, Dom João Becker, também se posicionou contra o teólogo, emitindo ato em nome da cúria, o que fez com que esse projeto enfraquecesse e desaparecesse por completo.

Nesse sentido, escreve Romano (1979, p.152): “(...) o movimento católico sofrerá uma inflexão no sentido de se enraizar cada vez mais profundamente no mundo cultural e de conquistar a consciência ‘do povo’. Note-se a floração das universidades católicas e a expansão da ‘boa imprensa’, enquanto a censura do DIPE cortava o caminho aos discursos contrários ao regime”.

Resumindo, a “boa imprensa” era a imprensa católica, “a única portadora de verdadeiras informações e bons princípios. Dessa forma, atribuía-se menor importância aos demais jornais do estado. (...) Ao propagarem a boa imprensa, integralistas e Igreja uniam-se para realmente incentivar os jornais católicos no combate ao liberalismo, à maçonaria e, sobretudo, ao comunismo” (TONINI, 2003, p.51-52, texto digital).

### **3.3.6 O alcance da Segunda Guerra: recomendações aos paroquianos**

A partir de 1939 assume o pontificado Pio XII (1939-1944). Quanto aos cinco primeiros anos de sua administração, escreve Camacho (1995, p.160), que “não cabe qualquer dúvida de que o problema era a instauração da paz. O Papa empenhou toda a sua influência ao serviço dessa causa (...). No entanto, a postura de Pio XII seria de enorme prudência e circunspeção. Ele evitava, por todos os meios, mostrar preferência por qualquer dos lados em guerra”. Para suas mensagens, elegeu a forma radiofônica e documentos avulsos como

atas apostólicas, decretos de Santo Ofício, textos sobre problemas sociais, correspondências oficiais, etc.

E, como foi vista a contextualização internacional e nacional sobre a II Guerra Mundial no capítulo 2 deste trabalho, podemos constatar a sua importância através das anotações dos padres: os reflexos da guerra na vida da pequena cidade de Lajeado. Como a casa canônica estava sendo construída por essa época, transparece a preocupação com o dinheiro para a obra, que estava depositado em um banco:

*(...) Estando no banco o dinheiro recebido pela venda do colégio aos Irmãos Maristas, e havendo bastante **inquietação a respeito do dinheiro por causa [da] guerra** que poderia trazer talvez uma inflação e desvalorização, o paroco de Lajeado dirigiu-se em Março ao Sr. Arcebispo perguntando-lhe se devia deixar o dinheiro no Banco, rendendo juros, ou se devia empregal-o, construindo uma nova casa canonica. Respondeu o Sr. Arcebispo que empregasse o mais ligeiro possível o dinheiro na construção de uma nova casa canônica. (...). A construção da nova casa começou em Julho de 1943. (...) A construção nova ia lentamente devido muitas vezes á falta de cimento que escasseava **muito por causa da guerra**. Entrou-se a residir na nova casa em Janeiro de 1944, acabando-se aos poucos o que faltava fazer [grifo meu] (Tombo III, p. 3 - 3 A).*

E, para poupar os cristãos do sofrimento pelo qual a guerra os fazia passar, tomaram-se algumas providências, no ano de 1944, no sentido de amenizar as penitências indicadas para remir os pecados dos paroquianos lajeadenses: “A veneravel Curia mandou aviso que, **enquanto durasse a guerra**, ficariam suspensos os dias de jejum e abstinencia, com exceção da quarta feira de cinzas e sexta feira santa” [grifo meu] (Tombo III, p.5).

Faleiro (2005, p.66) relata, igualmente, que, “Em março de 1942 circulava um convite para ‘missa solene e réquiem’, organizada pelo Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Lajeado, pelo ‘sufrágio das vítimas nos torpedeamentos de vapores brasileiros”.

### 3.3.7 A campanha de nacionalização

A maneira como o conjunto de medidas impostas pelo governo estadonovista para a nacionalização do Brasil foi vista na pequena Lajeado através dos Tombos da Paróquia Santo Inácio, está descrita nesta subseção. Uma vez que, para Getúlio - quando existe uma coisa que une as pessoas e faz com que todos larguem seus pequenos projetos pessoais porque existe um projeto muito maior, que une todas as pessoas - havia que se corresponder, ainda que isso pudesse não ser feito de maneira justa.

#### 3.3.7.1 Missas em português

Não poderia passar despercebida pelos diários da Igreja Santo inácio uma das determinações do regime estadonovista, a “brasilianização” das zonas de imigração européia. E, para ajudar na Campanha de Nacionalização, o Arcebispo D. João Becker tomou-se de uma postura política pautada num incondicional apoio a Vargas. “Ao interditar a pregação, o canto e a oração em lingua alemã, D. Joao Becker passou a chamar contra si a oposição de numeroso contingente de leigos e padres no Rio Grande do Sul” (Isaia, 1998, p.53).

Entretanto, esta postura eclesial rigorosa não foi apenas prerrogativa da Igreja Católica. Conforme Bergesch (2005, p. 97-98), “As comunidades evangélicas enfrentavam maiores dificuldades com respeito à língua dos ofícios religiosos do que as católicas, o que se explica pelo fato de as primeiras terem seu ritual litúrgico todo em alemão, enquanto nas segundas, a missa e outras cerimônias religiosas eram celebradas em latim. Em vista disso, ‘todo o processo de nacionalização teria sido menos intenso e também menos traumático para a comunidade católica”.

A circular de dois de agosto de 1939 dava ordens explícitas quanto ao idioma que deveria ser usado nas pregações:

*Veio uma Circular assinada pelo Ex<sup>mo</sup>. Sr. Arcebispo, comunicado um programma sobre a pregação combinado entre as autoridades eclesiasticas do Rio de Janeiro o Governo Federal e que deve ser observado e realizado **por ordem do Governo do Rio Grande do Sul** de commum acordo com a Curia Metropolitana de Porto Alegre. Determina que a **pregação deve ser feita em portugues**, mas que*

*poderá ser repetida em lingua estrangeira conforme a condição do auditorio o exigir para a comprehensao. [grifo meu] (TOMBO II, p. 91 A)*

### 3.3.7.2 Aulas em português e a nacionalização na comunidade lajeadense

No trecho a seguir transcrito do tombo, é possível observar duas coisas que caracterizam a política educacional do Estado Novo: escolas católicas fiscalizadas pelo governo federal e a premência de ampliar o prédio do Ginásio São José em virtude do aumento de alunos.

Como citamos no Capítulo 2, item 3.3, em Faleiro: “Decorrente, surgiriam, por todos os meios possíveis, atividades de controle, supervisão e fiscalização, numa burocratização e rigidez sem precedentes na História da educação, no Brasil.” (FALEIRO, 2005, p.47-48): “(...) e já em 1939 começou a funcionar o primeiro curso de ginásio, **fiscalizado pelo governo federal**. Aumentando o numero de alumnos, tanto internos como externos, vae-se tornando premente a **necessidade de aumentar o prédio**” [grifo meu] (TOMBO II, p. 93).

O Colégio São José surgiu na esteira dos inúmeros inaugurados ao longo da República Velha. Como vemos em Schnack (2009, p.53): “Em Lajeado foi construído um prédio para a nova escola paroquial católica, entregue às mãos dos educadores maristas, aqui chegados em outubro de 1907. Fundou-se, então, o Colégio São José, para meninos católicos<sup>16</sup>”.

Seguindo uma análise semelhante, tem-se que, nesses colégios católicos, houve a passagem quase obrigatória das elites, que teriam tornado “o Rio Grande do Sul um ‘Estado católico (...) onde intelectuais de renome eram membros ativos de movimentos da Igreja, inúmeros líderes políticos pertenciam às Congregações Marianas ou à Ação Católica (...)” (BONI *apud* DOEBERSTEIN, 2002, p. 216).

---

<sup>16</sup> Para saber mais sobre os primórdios da educação católica em Lajeado ver: SCHNACK, Mara Cristina. *Educação e Igreja: aprendendo com a realidade relatada pelos padres da Paróquia Santo Inácio de Lajeado. Destaques Acadêmicos / Fundação Vale do Taquari de Ensino Superior e Desenvolvimento Social - ano1, n. 1 (2009). - Lajeado, RS: Univates, 2009.*

Assim também, ao consultar as anotações dos padres, sempre lembrando que o arcebispo nesta época ainda era D. João Becker, pode-se avaliar os reflexos da campanha nacionalista de Getúlio Vargas na comunidade católica lajeadense: “Em Julho de mil novecentos e quarenta e quatro foi doada **uma nova e rica Bandeira nacional** á igreja Matriz pelos srs. Avelino Feldens e Luiz Schmidt. Custou 450 cruzeiros” [grifo meu] (TOMBO III, p.5).

### 3.3.8 Início do processo de redemocratização

O fim do Estado Novo se aproximava e o pároco fez algumas anotações que se relacionam com o contexto histórico, que transcrevo abaixo. Para Gianotti (2007, p.126) - além de a guerra estar chegando ao fim e se aproximar a derrota das forças ditatoriais da Alemanha, Itália e Japão - “No dia 18 de abril de 1945, após inúmeras manifestações de estudantes e da classe média, Vargas cedeu. Decretou anistia aos presos políticos [entre eles, Luis Carlos Prestes], reconheceu a URSS e prometeu liberdade de organização partidária. Com isso o PCB poderia, finalmente, ser legalizado. Em troca, o Partido Comunista daria apoio ao plano de Vargas, que pretendia continuar no poder”. E foram marcadas eleições para presidente e constituintes para dois de dezembro daquele ano de 1946.

Por aí se vê que o Brasil estava entrando em um processo de redemocratização. Portanto, considerando-se toda a parceria e colaboração entre a Igreja Católica e o governo, fica fácil concluir, na observação do pároco sobre a circular de 17 de setembro de 1945, quem seria o “inimigo da **pátria**, da **religião** e da **família cristã**” - uma vez que estas palavras grifadas denotam a trilogia fascista - e quais seriam esses perigos angustiantes:

*Manda o sr. Arcebispo Metropol. que se faça no dia 23 de Setembro uma hora santa perante o [ilegível] exposto para implorar a proteção de Deus contra as investidas do **inimigo da Pátria, da Religião e da família cristã**. Convém que haja um sermão sobre os perigos angustiantes da hora atual [grifo meu] (TOMBO III, p. 9 A).*

Fausto (2004, p.385) rotula o ano de 1945 de “decisivo”, pois foi nesse ano que se formaram os três principais partidos que iriam existir no período de

1945-1964, a “antessala do golpe<sup>17</sup>”: a União Democrática Nacional (UDN), originada da antiga oposição liberal, adversária do Estado Novo, cujo candidato era Eduardo Gomes; o Partido Social Democrático (PSD), com Eurico Gaspar Dutra como concorrente ao cargo de presidente, a partir da máquina do Estado, da burocracia, do próprio Getúlio e dos interventores dos estados; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também engendrado por Getúlio, pelo Ministério do Trabalho e burocracia sindical, que não trazia nenhum aspirante ao cargo presidencial - mas juntou-se em aliança com o PSD.

Porém, de acordo com o brasilianista Joseph Love, o PTB “teve sua primeira vitória para governador do estado, com Ernesto Dornelles em 50, e a formação de uma liderança que sucederia Getúlio na política, entre eles João (Jango) Goulart, que chegou à presidência, e Leonel Brizola” (LOVE *in* História Ilustrada do Rio Grande do Sul [RBS], 2004, p. 270).

E essa pluralidade partidária ficou historiada pelo reverendo Leopoldo Loch, por aqueles dias. Sob o título de *Eleições federaes do Presid. da Republ. Senadores e deputad.* [sic] e com data de 25 de novembro de 1945, o pároco escreveu: “Enorme foi a rivalidade dos **diferentes partidos políticos** em Lajeado. Houve muitas perseguições, muitas injustiças que criaram um ambiente de insegurança nesta cidade. Felizmente o dia correu tranquillo” [grifo meu] (TOMBO III, p. 9 A).

Como vimos no item 3.3.5.1 deste capítulo, com referência ao caso do assassinato de Orlando Fett, disputas políticas sempre foram motivo de entreveros na região.

### 3.3.9 O fim do Estado Novo e a “descompressão” do país

Nota-se nas anotações transcritas abaixo, feitas no dia sete de agosto de 1946, o clima mais democrático que se instalava no país, traduzindo euforia pelo sucesso das eleições e os trabalhos para a nova constituinte que haviam sido iniciados já em janeiro daquele ano.

Em setembro de 1946 foi promulgada a quinta constituição brasileira, que reuniu princípios liberais e conservadores, garantindo a manutenção da

---

<sup>17</sup> Termo cunhado pelo sociólogo João Roberto Martins Filho

república federativa presidencialista, o voto secreto e universal para maiores de 18 anos (exceto militares, analfabetos e religiosos), a divisão do Estado em três poderes independentes, a restauração das garantias individuais aos cidadãos, o fim da censura e da pena de morte. Esta constituição também assegurou os grandes latifúndios, a estrutura sindical de cunho fascista com os grandes sindicatos trabalhistas vinculados ao Estado e a rejeição das propostas de nacionalização de bancos e algumas indústrias.

Segundo Isaia (1998, p.200), D. João Becker, em sua Trigésima Terceira Carta Pastoral, que aconteceu junto com o fim do Estado Novo, foi mais comedido em sua euforia. Ele a direcionou para os problemas pelos quais o Brasil passava, “todos por culpa da Segunda Guerra Mundial” – aumento do custo de vida nas cidades e a reorganização partidária - e aconselhava cautela ao povo a fim de que não se iludissem com os candidatos que pudessem explorar as dificuldades do momento para conseguir adesão popular aos programas anticristãos.

A Circular nº 8, de sete de agosto de 1946, assinada pelo então Vigário Capitular, Monsenhor Vicente Scherer, traduz assim essa satisfação:

*Por iniciativa da Junta nacional de Ação Católica e com aprovação do [ilegível] Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro esta sendo articulado em todo o território Nacional um vasto movimento no sentido de **manifestar calorosos aplausos aos senadores e deputados na Assembleia Nacional Constituinte** apoiam com a palavra e o voto os postulados da consciência católica da Nação... Queira, pois, V. Rev<sup>ma</sup> providenciar para que ao Presidente [Eurico Gaspar Dutra, que havia sido eleito a dois de dezembro de 1945] ou a alguns dos senadores ou deputados da Assembléa N. Constituinte seja transmitido o maior numero possível de telegramas de **felicitações e aplausos** pela attitude favoravel assumida em pról das nossas justissimas reivindicações (...)* [grifo meu] (TOMBO III, p. 12 A).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando esta pesquisa foi iniciada, foram aventadas várias possibilidades para a obtenção de elementos que dessem subsídios para que se entendesse qual foi a relação que houve entre a Igreja e o Estado Novo.

Vinculando as fontes documentais com a produção do conhecimento histórico, tentamos dar às grandes quantidades de informações à nossa disposição um significado coerente - ou não - para as suposições que vínhamos enalçando desde o germe deste trabalho.

Tínhamos como desafio discutir o que acontecia no país e no mundo e seus reflexos aqui, de perto e de dentro, tentando chegar a algumas considerações finais sobre o que fosse apurado. Agora, sem a pretensão de ter concluído o trabalho, atrevo-me a fazer algumas considerações e constatações.

Verificamos que a liderança de Getúlio Vargas foi marcada pela reaproximação do governo com a Igreja Católica, cujo rompimento vinha desde a Constituição de 1891, que separava estes dois estamentos nacionais.

Através deste estudo os diários dos padres sugeriram repercussões dessa reaproximação proposta pela Carta de 1934. Anotando fatos comuns do dia-a-dia da comunidade católica lajeadense, os párocos demonstravam submissão – voluntária ou involuntária – aos preceitos da Santa Sé e da arquidiocese a que estavam subordinados.

Na terceira seção desta monografia, após comprovar a imbricação implícita nessa relação entre igreja e estado, as anotações demonstraram que nem sempre suas intenções eram neutras, apesar de que a sua finalidade era simplesmente registrar os fatos ocorridos e correspondências recebidas pela Matriz. Como vemos na página 63 A do Tombo III, o próprio Dom Vicente Scherer dispensa o pároco de transcrever as circulares, bastava que indicasse os assuntos.

Vejamos novamente a citação feita na introdução da seção três deste trabalho, onde Scherer fala dos propósitos dos tombos: “Não espelha assim, como devia, este Livro a vida da paróquia e do lugar, resumindo-se, quase de todo, na copia de circulares e em notas de interesse pessoal” (TOMBO III, p.63 A).

Esses diários indicam a atitude conciliatória que a Igreja assumiu diante do regime ditatorial de Getúlio Vargas. Mas, por vezes, também aparecem neles evidências de que a Igreja Católica não era tão conivente com a linha dura do governo Vargas, principalmente nas decisões de Dom João Becker e na sua atitude de proteger os imigrantes alemães. Na minha percepção, pode-se dizer que os padres (subordinados aos seus superiores) eram simpáticos ao governo porque a Igreja estava comprometida com o Estado, que a apoiava, como dissemos, desde a Constituição de 1934.

Quanto às hipóteses ventiladas na introdução desta monografia, podemos sugerir que a primeira possa ser descartada, pois sugeria a impossibilidade de perceber nos apontamentos dos livros de tomo (por serem insuficientes) qual era o sentimento ou a posição dos párocos em relação ao contexto histórico que viviam. Constatamos que eles, sempre que possível, emitiam sua opinião a favor ou contra as decisões advindas da arquidiocese, pois, como nós, esses eclesiásticos eram homens de sua época, alguns com idéias mais avançadas, outros com idéias mais conservadoras. Mas todos muito conscientes de sua missão junto às comunidades para as quais eram designados.

A segunda e a terceira hipóteses aventadas podem, aparentemente, ser comprovadas pelas anotações nos livros de tomo. Ambas aparecem de forma clara: por vezes, o medo do perigo comunista era mais forte que o medo do

perigo despótico do governo estadonovista. Hemos de convir: não havia muitas possibilidades de esses religiosos serem claros a respeito do que pensavam pessoalmente - o propósito desses registros não era esse.

Eles agiam de acordo com o que lhes era imposto pela direção da Igreja, consequência da conjuntura política em que viviam. Sempre havia a concepção de que aquele era um governo laico, mas que perseguia os alemães, os quais, na sua maioria, eram os próprios membros da paróquia Santo Inácio e adjacências.

Pudemos, então, ver que, o tempo todo - de acordo com os livros de tombo e com o apoio da bibliografia revisada na primeira seção desta pesquisa - a Igreja Católica foi influenciada pelo governo Vargas, principalmente no que concerne ao proceder religioso, social e político da cidade de Lajeado e da região. Amparados pela descrição do vulto representado por Dom João Becker, na seção dois deste estudo, é possível traçar o cenário que a igreja viveu, de forma endógena, o que se convencionou chamar de “a Era Vargas”.

Mas, sem receio de exagerar, neste estudo, ficou evidenciado que a Igreja nunca foi inocente ou que teria sido títere do Estado. Ela mesma arrogou para si, já nos tempos antigos, uma espécie de “destino manifesto” e desfrutava de uma autoridade inquestionável. Mesmo o homem moderno não escapou desta tutela secular da Igreja, escreve Camacho (1995, p.124). Num excerto da *Quadragesimo anno*, o autor revela o que afirmou Pio XI a esse respeito:

*Nós temos o direito e o dever de julgar com autoridade suprema, sobre estas matérias sociais e econômicas (...). No que diz respeito a estas coisas, o depósito da verdade, a Nós confiado por Deus, e o gravíssimo dever de divulgar, de interpretar e até de urgir oportuna e importunamente toda a lei moral, submetem e sujeitam ao nosso supremo juízo tanto a ordem das coisas sociais quanto a das próprias coisas econômicas (CAMACHO, 1995, p. 123-124).*

Pretensiosamente, “Ligada a um passado histórico que a identificava com as raízes da nacionalidade, a Igreja oferecia ao Estado brasileiro a possibilidade de lançar-se, não só à recristianização de sua sociedade, mas de impulsionar na mesma direção o mundo todo” (ISAIA, 1998, p. 162)!

O alinhamento feito entre as seções do presente estudo e o entrelaçamento dos fatos vistos serviu bem para o exercício de compreender os homens da época aqui analisada. Sendo assim, este trabalho falou sobre alguns homens reais que viveram aqui perto, em determinado momento histórico: os padres que cuidaram da Paróquia Santo Inácio de Lajeado.

Para esses padres de outros tempos, o conforto físico e espiritual só vinha de um lugar: da fé em Deus. E nem é preciso ser seguidor de alguma religião para absorver a magnitude do trabalho realizado por esses sacerdotes. É suficiente que se atente apenas à prerrogativa de apreciar os resultados desse trabalho – ou dessa missão - relatados nos livros de tomo da paróquia e os que não de vir.

A experiência de conhecer **de perto** o que pensavam esses clérigos só foi possível através da contextualização teórica já mencionada anteriormente e mostrou-se tarefa difícil o não envolvimento emocional com esses “heróis” católicos, pioneiros na região do Vale.

Este estudo teve, *pari pasu*, como resultado, o entendimento de uma das formas que a Igreja Católica usava - a epistolar - para estabelecer seu posicionamento em relação ao comunismo, ao matrimônio e à educação principalmente quando, no Brasil, terminou o regime de Padroado, em fins do século XIX.

As epístolas (encíclicas papais e cartas pastorais episcopais) eram uma forma direta e pontual, de ampla abrangência, através das quais a Igreja Católica se comunicava com seus fiéis e a sociedade em geral. Mantinha, assim, sob seu controle máximo, um grande número de cidadãos seguros de que estavam no caminho certo da salvação! Isaia resume assim este controle: “(...) o papel da Igreja, atuando diretamente sobre as instâncias micropolíticas que regulam o cotidiano das pessoas, através da persuasão de seu discurso e utilização de seus símbolos, representava uma força funcional de enquadramento do cidadão comum à ação do Estado” (ISAIA, 1998, p. 151).

Alguns bem conservadores, outros nem tanto, uns revolucionários e agitadores e outros nem tanto, esses padres “historiadores”, todos foram motivadores deste olhar regional dentro do contexto mundial que viviam. Foi o

que aconteceu com esta pesquisa: **estudando a história regional**, procurou-se não privilegiar o particular em relação ao total, mas destacar uma conjuntura mais ampla onde acontecem as relações dialéticas inerentes aos seres humanos que constroem uma sociedade.

O trabalho teve, como uma das motivações, o desenvolvimento da história regional. E é isso que faziam os livros de tombo. Eles iam tecendo a história de todo um povo, talvez sem sabê-lo, descrevendo seu crescimento demográfico e as soluções encontradas pela Igreja – às vezes pretensiosamente, na busca de satisfazer as metas estabelecidas pelo Vaticano – com ênfase no ensino, neste caso, mais precisamente, com a vinda dos Irmãos Maristas, em 1907, para Lajeado.

O acervo analisado nesta monografia é patrimônio histórico público. Em suas páginas os pesquisadores encontrarão informações pertinentes à construção da história do Vale do Taquari, o que auxiliará na elaboração da sua identidade social. A disseminação das informações obtidas neste estudo contribuirá na produção de conhecimento e fortalecerá a história e a memória de Lajeado e região.

A experiência vivida, a lição aprendida, o conhecimento ampliado e a emoção sentida durante o desenvolvimento do presente estudo certamente não aparecerão nessas páginas. Estes fazem parte, agora, daquele processo que costumamos chamar de exercício de cidadania - neste caso, um exercício que trouxe ao público um pedaço do patrimônio que lhe pertence e que estava guardado em algumas estantes de uma igreja que surgiu há muitos anos...

Nós, acadêmicos de História, temos certeza, cada vez mais, que a História é feita de pequenas histórias - como esta que saiu da estante da casa canônica. Pois, como poderá existir a História (com letra maiúscula) se não existiram as pequenas histórias (com letra minúscula) que vão formá-la?

E, para finalizar, transcrevo abaixo o texto que me fez pensar que esses reverendos, como todos nós, eram agentes da história, da história regional, principalmente. Eu os chamo de “padres historiadores”. São as palavras de Padre Álvaro Lenhardt, ao abrir o Livro de Tombo nº 5, em agosto de 1995:

*Ao iniciar este novo livro tomo da paróquia Santo Inácio, de Lajeado, aos 3 de agosto de 1995, temos consciência deste momento histórico. Este é o livro n°5. O livro anterior registrou a história de 34 anos de Paróquia. Certamente este novo livro vai documentar décadas desta história, que estou iniciando neste livro. Como a universalidade da história se faz da totalidade do efêmero de cada dia, na consciência do valor dos pequenos fatos, iniciamos registrando neste dia que no mês de agosto... (TOMBO V, fl.1).*



## 5 REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a Economia Mundial. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III – O Brasil republicano, 4º Volume – Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. **Lazer no Estado Novo e os usos do tempo livre**. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd98/tlivre.htm>>, acessado em 12 set 2010.

ARNS, D. Paulo Evaristo. **O que é igreja**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

AVILA, Fernando Bastos de. **Pequena Enciclopédia de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BELLINTANI, Adriana Iop. **Conspiração contra o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

BERGESCH, Cecília Adelaide. **Política de Nacionalização e suas Repercussões nas Igrejas e Escolas no Vale do Taquari (1930-1945)**. 198f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — Faculdade de Ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAES, André Luiz. **A Palavra dos Pastores**: as Cartas Pastorais dos Bispos Brasileiros, 1821 – 1890. Disponível em <[HTTP://www.prp.ueg.br](http://www.prp.ueg.br)>, acessado em 09 set 2010.

CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no pós-guerra**: a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAMACHO, Ildelfonso. **Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

CAMARGO, Aspásia. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989. Disponível em <<http://www.consciencia.org/neiduclos>>, acessado em 09 set 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo nas Américas**: memória e história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - FAPESP, 2007.

CARTA ENCYCLICA DE SUA SANTIDADE PIO XI – Para a defesa da Acção Catholica. **Quadragesimo Anno**. Rio de Janeiro: Mons. Rosalvo Costa Rego, Vigário Geral, 1931.

COLLINS, Francis. **A linguagem de Deus**. São Paulo: Editora Gente, 2007.

Criação versus evolução: o falso dilema. **Jornal da Ciência**. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br>>, acessado em 13 OUT 2010.

DIRETRIZES INTEGRALISTAS (Publicação Oficial), 1933. Disponível em <<http://integralismo.org.br/novo/?cont=123&vis=>>>, acessado em 21 set 2010.

DOEBERSTEIN, Arnaldo Walter. **Estatuários, Catolicismo e Gauchismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores/Editora UFRJ, 1993.

DUCLÓS, Nei. **O papel da Polícia Política no processo de implantação da Unidade das Forças Armadas (1930-1945)**. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/neiduclos/>>, acessado em 09 set 2010.

FALEIRO, Silvana Rossetti. **Colégio Evangélico Alberto Torres: Memórias e História**. Lajeado: Univates, 2005.

FAUSTO, Boris. **A História do Brasil**. SP: Edusp, 2004.

FLACH, Ângela. CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. **O Sistema Partidário: a redemocratização (1945-64)**. In República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)/ Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v. 4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. **Agricultura da associação à modernização**. In República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)/ Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v. 4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **História Econômica Geral e do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1980.

GALIOTO, Padre Antonio. **Deus não é estúpido**. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2003.

GARCIA, Néson Jahr. **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. E-book (2002) disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/estadonovo.html#l2>>, acessado em 12 set 2010.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

GIANOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. **Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-85)**. In República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)/ Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v. 4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HERSCHMANN, Micael M.. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

**História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. Coordenação de Elmar Bones da Costa, Ricardo Fonseca e Ricardo Schmitt. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KATER FILHO, Antonio Miguel. **Marketing aplicado à Igreja Católica**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

KERN, Ib. **Não há anjos no poder: histórias vivas de um repórter**. Porto Alegre: AGE, 2007.

KERN, Maria Lúcia Bastos. **Artes Visuais – Tradição e Modernidade**. In República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)/ Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v. 4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

KIPPER, Maria Hoppe. **A Campanha de Nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)**. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Getúlio Vargas e o estado novo - 1930-1945: a economia na era Vargas**. Disponível em: <<http://www.marcillio.com/rio/hiregeco.html>>, acessado em 12 set 2010.

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, v. I, 1881-1930.

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, v. II, 1930-1941.

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, v. III, 1942-1961.

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, v. IV, 1962-1994.

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE Loyola, v. V, 1995-1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. *In*: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano** – o tempo da experiência democrática de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MILA, Pollianna. **Recenseamento de olho na guerra**. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?id=906451>>, acessado em 26 set 2010.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NOBRE, Daniel Praciano. **Política Social do Estado Novo**. Disponível em: <http://www.danpnobre.jor.br>, acessado em 11 set 2010.

OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. **Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país**: um estudo do rádio de 1930 a 1945, 2006, 190f. Dissertação de Mestrado – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://>> acessado em 07 set 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves. GRYNSZPAN, Mário. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.9, 1997, p.7-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PRADO Junior, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **O governo de Flores da Cunha**. In República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985) / Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v. 4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

REVEL, Jacques (Org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao populismo gaúcho)**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Grão de Mostarda: Caminhada da Paróquia de Santo Inácio**. Lajeado: Copyright, 1997b (Impressão: Ade-Gráfica)

\_\_\_\_\_. **Lajeado I: povoamento, colonização, história política**. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SCHNACK, Mara Cristina. Educação e Igreja: aprendendo com a realidade relatada pelos padres da Paróquia Santo Inácio de Lajeado. **Destaques Acadêmicos** / Fundação Vale do Taquari de Ensino Superior e Desenvolvimento Social - ano1, n. 1 (2009). - Lajeado, RS: Univates, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Hélio. **A ameaça vermelha: o Plano Cohen**. Rio Grande do Sul: LP&M, 1980.

SIMÕES, Daniel Soares. Antiprotetantismo, Neocristandade e Paradigma Tridentino na Obra “O Anjo das Trevas”(1936). In: **Cadernos de História**,

publicação do corpo discente do Departamento de História da UFOP. Ano I, n.º 2, setembro de 2006. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>>, acessado em 04 out 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SOLA, Lourdes. **O Estado Novo (1937 – 1945)**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/estadonovo.htm>>, acessado em 13 set 2010.

STIGAR, Roger. **A história do ensino religioso no Brasil**. Disponível em <<http://www.artigonal.com/religiao-artigos/a-historia-do-ensino-religioso-no-brasil-709656.html>>, acessado em 26 set 2010.

TAMBARA, Elomar Calegari. QUADROS, Claudemir. BASTOS, Maria Helena Camara. **A educação (1930-80)**. In República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985) / Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v. 4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: Indagações sobre o século XX. São Paulo: Editora Arx, 2002.

TONINI, Veridiana Maria. **Uma relação de amor e ódio**: o caso Wolfran Metzler (integralismo, PRP e Igreja Católica, 1932-1957) 145f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Passo Fundo, RS.

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa: Política e Cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

UEDA, Vanda. **O papel das redes técnicas**: transportes, energia e telecomunicações. In República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985) / Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v. 4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).